

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 31 de Dezembro de 2007

Área Temática: PAA - SAN

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Dezembro de 2007

Índice

| | |
|---|-----------|
| O Dia dos Direitos Humanos e a pobreza – Folha de São Paulo – Opinião – Tendências e Debates – 02/12/2007 | 5 |
| Aumenta participação de assentados no PAA em MG – Sítio Eletrônico do MDA – 04/12/2007 | 7 |
| Frente Parlamentar lança campanha de estímulo à alimentação saudável – Sítio Eletrônico do MDS – 05/12/2007..... | 8 |
| Mais uma vez, alimentos elevam inflação e se tornam os vilões do ano – Luciana Brafman - O Globo – O País – 06/12/2007 | 9 |
| PAA e PGPAF serão avaliados em encontro – Sítio Eletrônico da Conab – 07/12/2007 | 11 |
| Alimentos voltam a ter alta e pressionam o IPCA – Pedro Soares – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/12/2007..... | 11 |
| MDS discute segurança alimentar e nutricional em seminário no Recife – Sítio Eletrônico do MDS – 10/12/2007..... | 12 |
| Governo libera mais R\$ 61 milhões para o Programa de Aquisição de Alimentos - Luciane Bosenbecker - Imprensa Fetrafusul - 11 de dezembro de 2007..... | 13 |
| Portarias destinam mais R\$ 50 mi para PAA – Sítio Eletrônico do MDA – 11/12/2008 | 14 |
| Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar receberá novos recursos do MDS – Sítio Eletrônico do MDS – 12/12/2008 | 15 |
| Curitiba (PR) sedia Seminário de Segurança Alimentar e Economia Solidária – Sítio Eletrônico do MDS – 12/12/2007..... | 15 |
| Portarias destinam mais R\$50 mi para PAA – Sítio Eletrônico da Contag – 13/12/2008 | 16 |
| Preços agrícolas disparam em SP – Valor Econômico – Agronegócios - 13/12/2007 | 17 |
| Segunda Quinzena | |
| Agronegócio, a oportunidade – Estado de São Paulo – Notas e Informações – Editorial – 16/12/2007 | 17 |
| Brasil pode se tornar celeiro dos chineses – Gustavo Paul e Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 16/12/2007..... | 19 |

| | |
|---|----|
| Mais de 2.500 participantes se formam em curso sobre alimentação adequada – Sítio Eletrônico do MDS – 17/12/2007..... | 19 |
| Alimentos sobem o dobro da inflação – Verena Fornetti – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/12/2007..... | 21 |
| Preços de commodities voltam a ter recordes – Javier Blas, Chris Giles e Hal Weitzman – Folha de São Paulo – Dinheiro - 18/12/2007 | 22 |
| Alta de alimentos segura as vendas do comércio – Pedro Soares – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/12/2007..... | 24 |
| Ministério busca integrar ações do SUAS com políticas de segurança alimentar – Sítio Eletrônico do MDS – 18/12/2007..... | 25 |
| Alta de alimentos tira fôlego do varejo em outubro - Sergio Lamucci – Valor Econômico – Brasil - 18/12/2007..... | 26 |
| Alimento ajuda a levar IGP-10 de dezembro a 1,59% - Valor Econômico – Brasil - 18/12/2007 | 27 |
| Fim da era dos alimentos baratos no mercado mundial - The Economist – Valor Econômico – Agronegócio - 18/12/2007 | 28 |
| Um programa inovador para a agricultura - Silvia A. Zimmermann – Carta Maior – 19/12/2007 | 31 |
| Alimentos têm maior alta desde janeiro de 2003 - Francisco Carlos de Assis e Flávio Leonel – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/12/2007..... | 34 |
| Pressionado por alta dos alimentos, IPCA-15 sobe 4,36% em 2007 – Verena Fornetti – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/12/2007..... | 35 |
| Uma nova FAO para uma nova agricultura - José Graziano da Silva – Valor Econômico – Opinião - 21/12/2007..... | 36 |
| Comida cara acaba com folga no orçamento - Márcia De Chiara – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/12/2007..... | 38 |
| Comida mais cara – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 25/12/2007..... | 39 |
| Funasa vai mapear alimentação indígena – Estado de São Paulo – Nacional – 25/12/2007..... | 41 |
| Programa de Alimentação do Trabalhador fará cadastramento de fornecedores, prestadores de serviços e beneficiários – Sítio Eletrônico do MDS – 26/12/2008..... | 41 |

| | |
|---|----|
| Prato caro – O Globo – Economia – Panorama Econômico – 27/12/2007..... | 42 |
| Pequenos agricultores tiveram mais recursos em 2007 – Sítio eletrônico d CNA – 30/01/2008..... | 43 |
| Produtores de Irecê comemoram a vida nova depois do PAA – Sítio Eletrônico do MDS – 31/12/2007 | 44 |

LOUISE ARBOUR

NO DIA 10 de dezembro, será lançada uma campanha de um ano de duração em comemoração aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A campanha oferece aos países e a todos os atores sociais a oportunidade de participar, com vigor renovado, da luta contra a pobreza -ainda um dos maiores desafios para todos.

Eleanor Roosevelt, que liderou o processo de criação da declaração, observou que "nenhuma liberdade pessoal pode existir se não houver segurança econômica e independência". Pessoas que enfrentam necessidades não são livres.

A pobreza é tanto causa como consequência de violações de direitos humanos. Mas a ligação entre a pobreza e a privação de direitos continua à margem dos debates de políticas e do desenvolvimento de estratégias. Isso apesar do fato de que já existem bases e plataformas legais que guiam as ações dos países nesse sentido.

Todos os países já ratificaram pelo menos 1 dos 9 tratados de direitos humanos e 80% ratificaram pelo menos quatro. Além disso, a comunidade mundial endossou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), que definem metas concretas em relação aos esforços internacionais para acabar com a pobreza e a marginalização até 2015.

Porém, como consequência da falta de vontade política e, em alguns casos, de recursos -bem como a ausência de melhor compreensão da relação entre pobreza e abuso-, o quadro global que emergiu neste ano está, talvez previsivelmente, longe de ser reconfortante.

O progresso em algumas áreas do mundo não significa que os governos estejam honrando os compromissos que assumiram anteriormente. Assim, direitos humanos fundamentais continuam sendo desrespeitados. De fato, uma visão amplamente apoiada sustenta que os direitos humanos não são prioridade para quem luta, dia-a-dia, para sobreviver. Esses direitos seriam um luxo que somente os mais ricos poderiam se permitir.

Contudo, uma coisa é certa: todos os direitos humanos -o direito a expressão, ao voto, assim como os direitos à alimentação, ao trabalho, à saúde e à habitação- são importantes para os mais pobres porque a destituição e a exclusão estão mescladas à discriminação, ao acesso desigual a recursos e oportunidades e ao estigma social e cultural. Isso torna mais difícil sua participação no mercado de trabalho e o acesso a recursos e serviços básicos.

Em muitas sociedades, os mais pobres não podem usufruir dos direitos à educação, à saúde e à habitação simplesmente porque não podem se permitir isso. Tal fato acaba dificultando sua participação na vida pública e sua capacidade de influenciar as políticas.

Para resumir, a pobreza significa não somente salários e bens insuficientes mas também falta de oportunidades e de segurança que minam a dignidade e aumentam a vulnerabilidade dos mais pobres. A pobreza é também uma questão de poder: quem o detém e quem não o detém. Entretanto, a pobreza é normalmente percebida como uma condição lamentável, mas acidental, ou como consequência inevitável de decisões e eventos ocorridos em outro lugar -ou, ainda, como responsabilidade daqueles que sofrem com ela.

Uma aproximação mais compreensiva dos direitos humanos não irá só discutir impressões equivocadas e mitos que rodeiam os mais pobres, irá também ajudar a achar meios sustentáveis e justos para o fim da pobreza. Reconhecendo as obrigações explícitas dos Estados de proteger suas populações contra a pobreza e a exclusão, essa visão enfatiza a responsabilidade em direção a um ambiente de bem-estar público. Isso permite que os mais pobres ajudem a dar forma às políticas de concretização de seus direitos e procurem corrigir abusos.

Independentemente de problemas econômicos, os países podem tomar medidas imediatas para lutar contra a pobreza. Atacando a discriminação, por exemplo, removem-se barreiras da participação no mercado de trabalho e dá-se às mulheres e às minorias maior acesso a empregos.

Programas como os adotados no Brasil, o Bolsa Família e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, representam importantes exemplos de como políticas corretas podem agir em favor dos mais pobres. Vencer a pobreza é um compromisso de longo prazo, no Brasil como nos outros países. Isso requererá juntar os esforços dos governos, assim como os da sociedade civil e do setor privado.

Enquanto 1 em cada 7 pessoas do mundo continuar sofrendo com a fome todos os dias, proteger e dar poder aos mais pobres deve se tornar um motivo urgente para honrar o espírito e a promessa de dignidade para todos contida na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

LOUISE ARBOUR, 60, formada em direito na Universidade de Montreal (Canadá), doutora honoris causa de 27 universidades, é a alta comissária para os Direitos Humanos da ONU (Organização das Nações Unidas).

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.
debates@uol.com.br

Aumenta participação de assentados no PAA em MG – Sítio Eletrônico do MDA – 04/12/2007

Em 2007, 243 agricultores assentados foram habilitados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Minas Gerais a participar do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal, que destina a produção de pequenos produtores a programas sociais de segurança alimentar ou à formação de estoques reguladores. O número é cinco vezes maior do que o do ano passado, quando foram emitidas 43 declarações de aptidão para o programa. Os novos contratos podem chegar a R\$ 850 mil.

Estão sendo investidos R\$ 19 milhões para a compra de alimentos, dos quais R\$ 3 milhões repassados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o restante pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), através do Programa Fome Zero. Desde 2003, 19,8 mil produtores familiares e assentados da reforma agrária participam do programa, dentre eles 15 mil agricultores que comercializam com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e 4,8 mil produtores de leite habilitados no Leite Pela Vida.

No estado, o PAA é gerido por um Grupo Interministerial. Os principais compradores de alimentos produzidos pelos agricultores familiares do estado são a Conab e o Governo de Minas, que adquire leite para abastecer o Programa Leite pela Vida, mantido pelo Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (Idene).

“É uma política pública de mão dupla, pois além de contribuir para a consolidação da reforma agrária, ela favorece, na outra ponta, a segurança alimentar das populações em situação de risco, com o Fome Zero e com a merenda escolar, por exemplo”, afirma a chefe da Divisão de Desenvolvimento do Incra/MG, Mônica Mariz de Carvalho.

Venda garantida - Para o gerente da Conab em Minas, Luiz Eduardo Dumont, o PAA é um dos principais programas para a reforma agrária. “Ele mantém o homem no campo, porque gera emprego e dignidade”, explica.

“O programa é bom porque a gente tem para quem vender”, define o assentado do Projeto de Assentamento (PA) Jacaré Grande, em Janaúba, José Antônio Madureira, que está cadastrado no Leite pela Vida. Ele conta que, na estação chuvosa, chega a produzir 1.500 litros ao mês, os quais vende ao Idene pelo preço de R\$ 0,50, e que lhe garantem renda mensal de R\$ 750. O leite de Seu José alimenta crianças de 6 meses a 6 anos de idade, gestantes, mães que estejam amamentando e idosos das regiões mais carentes do estado.

A comercialização garantida não é o único benefício que a participação no Programa rende aos assentados do Jacaré Grande. Eles também receberam, do Idene, um tanque de resfriamento de leite com capacidade para mil litros, que irá permitir o beneficiamento e a produção de derivados no próprio local, agregando valor ao produto. A meta agora é comercializar também para a Conab. “Já fizemos o projeto e ele já foi

aprovado. Assim que chegarem as chuvas e a produção aumentar, vamos começar a vender mais leite”, planeja o agricultor.

Como e quem pode participar do PAA -Podem participar do PAA produtores que estejam incluídos no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e que tenham sido reconhecidos como agricultores familiares ou acampados. Esse reconhecimento é feito através da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ou da Declaração de Aptidão ao Programa de Aquisição de Alimentos (DAPAA), documentos que podem ser emitidos pelo Incra, por entidades prestadoras de assistência técnica ou por associações de agricultores.

Com a declaração em mãos, o agricultor deve entrar em contato com as entidades compradoras e apresentar uma proposta de venda de até R\$ 3.500 ao ano para produtos agrícolas e de R\$ 3.500 por semestre para o fornecimento de leite. Essa quantia pode ser depositada na conta do agricultor logo que a proposta tenha sido aceita, mas o saque só pode ser realizado quando é comprovada a entrega dos produtos.

Os alimentos adquiridos para doação são repassados a creches, asilos, escolas municipais e estaduais, bancos de alimentos e sedes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Já os agricultores incluídos na linha de formação de estoques reguladores devem vender os alimentos que produziram com o dinheiro adiantado pelo comprador e ir quitando a dívida aos poucos.

Frente Parlamentar lança campanha de estímulo à alimentação saudável – Sítio Eletrônico do MDS – 05/12/2007

A Frente Parlamentar da Segurança Alimentar e Nutricional do Congresso Nacional lança na próxima quinta-feira (06/12) a campanha Alimentação Saudável, em parceria com a Rádio Câmara e o Ministério da Saúde. A divulgação ocorrerá no período de 8 às 10 horas no restaurante do Anexo III da Câmara dos Deputados.

Para a campanha foi produzido um CD com radionovela e anúncios que incentivam hábitos alimentares saudáveis. Durante o evento, a Frente Parlamentar, coordenada pelo deputado Nazareno Fonteles (PT/PI), também apresentará proposta de criação, em conjunto com instituições públicas e não governamentais, de um programa regular na Rádio Câmara sobre segurança alimentar e nutricional.

Serviço:

Lançamento da Campanha Alimentação Saudável

Data: 06 de dezembro de 2007

Horário: 8 às 19 horas

Local: Restaurante do Anexo III da Câmara do Deputados – Brasília

Mais uma vez, alimentos elevam inflação e se tornam os vilões do ano – Luciana Brafman - O Globo – O País – 06/12/2007

Combustível também avança. IGP-DI sobe para 1,05% e IPC da Fipe, para 0,47%

RIO e SÃO PAULO. Os preços dos alimentos consolidaram em novembro a posição de vilões da inflação em 2007, pressionando mais uma vez o bolso de consumidores e atacadistas, de acordo com indicadores divulgados ontem. O Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), fechou o mês em 1,05%, ante 0,75% no mês anterior.

Em São Paulo, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), registrou 0,47%, acima do 0,08% de outubro.

Segundo as duas instituições, os preços dos combustíveis, que já responderam por parte da inflação mês passado, devem avançar em dezembro.

Pelo IGP-DI, os itens de origem agrícola subiram 4,32% entre os atacadistas, o que fez com que o Índice de Preços do Atacado (IPA, o principal componente do IGP-DI) subisse 1,45%, superando o 1,02% de outubro.

— Os agrícolas responderam por 100% da aceleração do IPA — disse o coordenador de análises econômicas da FGV, Salomão Quadros, destacando o impacto de bovinos (10,45%), milho (14,85%) e feijão (37,66%).

O economista explicou que os aumentos, gerados por entressafras em diversas culturas, são intensificados por demandas interna e externa em alta. O feijão foi o produto que mais avançou em 12 meses (130,12%).

No varejo, as pressões vieram dos grupos alimentação (0,60%) e transportes (0,29%), levando o Índice de Preços ao Consumidor (IPC, outro componente do IGPDI) à alta de 0,27%, ante 0,13% em outubro. Um avanço significativo foi o do álcool hidratado, de 4,51%, após ter recuado 1,22% em outubro. Para Quadros, o item seguirá pressionando: — Além do álcool, a gasolina, que já subiu 0,34%, deve pesar, porque contém em sua mistura o álcool anidro, também afetado pela entressafra da cana.

No ano, o IGP-DI acumula 6,32%, e, em 12 meses, 6,60%.

Na capital paulista, o IPC da Fipe teve comportamento similar ao IGP-DI, e a alta de 0,47% forçou a revisão das estimativas para o ano. Pelos novos cálculos, a inflação em São Paulo ficará em 4,4%, e não mais em 3,6%, disse Márcio Nakane, da Fipe. Em 2006, o índice foi de 2,54%. O grupo alimentação, que ficou em 1,75% em novembro, deve acelerar para 2,35%: — Este, definitivamente, foi o ano da inflação da alimentação.

A pressão do álcool combustível, que já se fez sentir em novembro (0,50%), deve ganhar força. A previsão para o grupo transportes neste mês é de 0,87%. (Luciana Brafman, com agências internacionais)

Alimentos puxam inflação no atacado e no varejo – Valor Econômico – Brasil - 6/12/2007

Os alimentos voltaram a pressionar a inflação, tanto no atacado como no varejo em novembro. O Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas registrou alta de 1,05% em novembro, contra 0,75% um mês antes. Dentro do IGP-DI, os preços agrícolas no atacado subiram 4,32% no mês passado e os preços industriais aumentaram 0,41%. Na média o Índice de Preços por Atacado (IPA) subiu 1,45%, contra 1,02% um mês antes.

As maiores altas de produtos agrícolas no atacado foram em milho (14,85%), bovinos (10,45%) e laranja (26,05%). Em baixa ficaram os preços de leite in natura (menos 9,66%), tomate (recoo de 33,80%) e aves (queda de 2,74%).

O índice de matérias-primas brutas passou de 1,94% em outubro, para 3,53% em novembro. O índice relativo a Bens Finais subiu 1,56%, contra 0,86% em outubro, com destaque para o subgrupo combustíveis -que passou de deflação de 0,10% em outubro para 2,82% em novembro. Excluídos alimentos in natura e combustíveis, a alta foi de 0,77%, contra 0,24% um mês antes.



Dentro do IGP-DI, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) subiu 0,27%, contra 0,13% em outubro, com destaque para o grupo alimentação (0,25% para 0,60%). As maiores altas nesse grupo foram as de carnes bovinas (1,72% para 5,81%), laticínios (-6,03% para -3,59%) e arroz e feijão (4,51% para 6,55%).

Também subiram transportes (-0,19% para 0,29%), habitação (-0,05% para 0,00%) e despesas diversas (0,04% para 0,08%), com destaque para álcool combustível (alta de 4,51%). Ainda dentro do IGP, o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) subiu 0,36% no mês passado, abaixo 0,51% em outubro.

A inflação no município de São Paulo teve alta de 0,47% em novembro, maior resultado mensal do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe-USP) desde o registrado em julho deste ano, quando a alta foi de 0,55%, e alta expressiva em relação a outubro passado, quando houve ligeira variação positiva de 0,08% no índice.

A alta nos preços dos alimentos foi o fator que mais pesou no resultado de novembro na pesquisa da Fipe. O índice da categoria alimentação teve alta de 1,75%, maior desde o índice final de junho, quando houve elevação de 1,90%. No fim de outubro, o índice havia registrado alta de 0,24%.

O índice da categoria habitação manteve-se negativo, em deflação de 0,15%, contra deflação de 0,03% no fim de outubro. O indicador final, no entanto, ficou acima do registrado na terceira quadrissemana de novembro, quando a deflação foi de 0,32%.

A categoria vestuário passou de deflação de 0,35% para uma alta de 0,55% (maior desde a segunda quadrissemana de maio, quando houve alta de 0,58%). A categoria transportes também teve avanço expressivo, indo da ligeira variação positiva de 0,05% com que encerrou o mês de outubro para 0,50% no fim de novembro (maior desde a terceira quadrissemana de maio, quando houve a mesma taxa de variação).

O indicador de despesas pessoais teve alta, mas se manteve negativo, passando de deflação de 0,42% para deflação de 0,25%. Os preços no grupo educação subiram 0,03% e os de saúde, 0,63%.

PAA e PGPAF serão avaliados em encontro – Sítio Eletrônico da Conab – 07/12/2007

Diretores da Conab e representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, de movimentos sociais, de agricultores familiares, do Conselho de Segurança Alimentar (Consea) e parlamentares estarão reunidos na próxima terça-feira (11), às 9 horas, no auditório da Companhia, em Brasília, para avaliar as ações do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e da Política de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) executadas até agora. O encontro será aberto à imprensa.

Até outubro deste ano o PAA beneficiou cerca de 48 mil famílias, mais da metade do registrado em 2006. Também neste ano foram investidos cerca de R\$ 85,3 milhões e distribuídas 108 mil toneladas de produtos cultivados por pequenos agricultores a famílias que vivem em situação de insegurança alimentar e aos programas emergências do governo.

Produtos como arroz, feijão, milho, leite, mandioca, soja, café, castanha de caju, inhame, cará e tomate têm custos de produção fixados pelo comitê gestor da PGPAF.

Alimentos voltam a ter alta e pressionam o IPCA – Pedro Soares – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/12/2007

Produtos registram o maior aumento desde 2002

Presentes diariamente no prato do brasileiro, a carne e o feijão carioca foram os vilões da inflação de novembro. Subiram 23,13% e 5,71%, respectivamente, e pressionaram o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), que fechou o mês em 0,38%, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A taxa superou as previsões e superou o 0,30% de outubro.

Em todo o ano de 2007, houve um choque de alimentos, cujos preços médios aumentaram 8,55% de janeiro a novembro -a maior alta desde 2002 (19,47%). Foi justamente o grupo alimentação que impulsionou o IPCA acumulado no ano -3,69%. O índice bateu os 3,14% registrados em 2006.

No caso dos alimentos, as altas foram generalizadas, atingindo vários itens. Os motivos são o crescimento do consumo na esteira da renda maior, exportações em alta, o aumento dos preços das commodities e o clima desfavorável, que provocou especialmente a quebra de safra do feijão, diz o IBGE.

"A história da inflação de 2007 já está contada. E ela será maior do que a de 2006. A principal causa é o aumento dos alimentos que sofreram com o clima, a alta das commodities, o aumento do consumo mundial e no Brasil, por causa da renda mais alta, e o incremento das exportações", disse Eulina Nunes dos Santos, coordenadora de Índices de Preços do IBGE.

Diante desse cenário, vários alimentos tiveram, no acumulado de 2007, as altas mais expressivas dos últimos anos. Foi o caso das carnes, que subiram 12,88%, a maior variação desde 2002 (14,60%). Já o frango aumentou 10,63%, a alta mais intensa desde 2003 (13,04%).

O recordista, porém, foi o feijão carioca, afetado por uma quebra de safra. O item subiu 76,29%. Foi a maior alta desde o início do Plano Real. Embora a renda mais alta tenha possibilitado o aumento do consumo, diz Nunes dos Santos, não há sinais de uma inflação de demanda capaz de alterar a condução da política monetária. Segundo ela, o aumento real do salário mínimo elevou o poder de compra dos mais pobres, que passaram a comprar mais alimentos.

Para o economista Luiz Roberto Cunha, da PUC-Rio, o consumo maior ajuda a explicar a forte alta dos alimentos, mas não é o principal. "Foi uma conjugação de acontecimentos desfavoráveis." Ainda assim, Cunha diz que o centro da meta do governo - de 4,5%, com intervalo de tolerância de dois pontos- não está ameaçado. Já os preços administrados ficaram bem comportados por causa do câmbio. O destaque foi a energia, cujas contas caíram 5,80% até novembro.

MDS discute segurança alimentar e nutricional em seminário no Recife – Sítio Eletrônico do MDS – 10/12/2007

O diretor da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Crispim Moreira, participa do I Seminário de Segurança Alimentar e Nutricional em Pernambuco: Perspectivas para a Construção da Política Estadual, a ser realizado no dia 11 de dezembro, em Recife (PE).

O evento, promovido pela Superintendência das Ações de Segurança Alimentar e Nutricional – SUASAN, marca o compromisso do governo de Pernambuco com a política de Segurança Alimentar e Nutricional e contribui para a sensibilização dos agentes públicos e sociais sobre a promoção do direito à alimentação adequada.

Embora o Brasil seja um dos maiores produtores de alimento do mundo, parte significativa da população não tem acesso aos alimentos básicos necessários para a vida. Por isto, o Seminário propõe discutir o desafio de assegurar o direito natural e

constitucional da população de dispor de alimentação regular e permanente, de qualidade e em quantidade suficiente.

O evento, que ocorrerá no período da manhã, contará com palestrantes da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), do MDS e da SUASAN. O diretor do Ministério, Crispim Moreira, apresentará atividades desenvolvidas pelo governo federal que garantem a segurança alimentar e nutricional.

SERVICO

I Seminário de Segurança Alimentar e Nutricional em Pernambuco: Perspectivas para a Construção da Política Estadual – Participação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS

Data: 11/12 (terça-feira)

Horário: 8h às 12h

Local: Recife Praia Hotel – Avenida Boa Viagem 9, Praia do Pina – Recife (PE)

Governo libera mais R\$ 61 milhões para o Programa de Aquisição de Alimentos -
Luciane Bosenbecker - Imprensa Fetrafsul - 11 de dezembro de 2007

Os ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Desenvolvimento Social (MDS) liberaram nesta terça-feira (11) mais 61,3 milhões para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que deverão ser executados pela Conab até o final deste mês. O anúncio foi feito durante encontro promovido pela Conab com representantes dos dois ministérios, Incra, movimentos sociais e parlamentares, para avaliar as ações do PAA e do Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar (PGPAF). O coordenador geral da Fetraf-Sul, Altemir Tortelli, participou do encontro e destacou a importância desses programas para agricultura familiar.

Os recursos liberados serão destinados à compra de produtos de agricultores familiares e à formação de estoques públicos para assistir populações em situação de insegurança alimentar. Em 2007, MDS e MDA investiram cerca de R\$ 250 milhões em projetos do PAA coordenados pela Conab.

Até outubro deste ano o PAA beneficiou 48 mil famílias, mais da metade do registrado em 2006. Também neste ano foram investidos R\$ 85,3 milhões e distribuídos 108 mil toneladas de produtos cultivados por pequenos agricultores a famílias que vivem em situação de insegurança alimentar e aos programas emergências do governo. Produtos como arroz, feijão, milho, leite, mandioca, soja, café, castanha de caju, inhame, cará e tomate têm custos de produção fixados pelo comitê gestor da PGPAF.

Portarias destinam mais R\$ 50 mi para PAA – Sítio Eletrônico do MDA – 11/12/2008

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) vai receber R\$ 30 milhões para operacionalizar a formação de estoques, a compra direta e para o apoio à comercialização em feiras livres. Mais R\$ 20 milhões serão destinados à modalidade de doação simultânea. As três portarias que liberam o montante total de R\$ 50 milhões foram assinadas durante a reunião de avaliação do programa, nesta terça-feira (11), em Brasília. Os valores devem ser utilizados ainda neste mês de dezembro.

O encontro aconteceu na sede da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e contou com a participação do seu presidente, Wagner Rossi, do secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), Adoniram Sanches Peraci, do secretário de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA), Humberto de Oliveira, do presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart, do secretário de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Onaur Ruano, de deputados federais e representantes de movimentos sociais.

Na reunião, o secretário Adoniram Sanches Peraci enfatizou os avanços obtidos na agricultura familiar nos últimos anos devido as políticas implementadas pelo Governo Federal, dentre elas, a recriação das relações com o mercado, por intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), citando o PAA e o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), que permite a regulação dos preços de produtos como o milho e o feijão.

Segundo o diretor da Conab, Silvio Porto, a partir de 2003, a companhia reassumiu seu papel na distribuição de alimentos e iniciou uma nova intervenção para a consolidação de uma política para a agricultura familiar. Para Porto, o Programa de Aquisição de Alimentos possibilita a perspectiva de diversificação da produção e de comercialização em nível nacional e regional e, ainda, promove o resgate da cidadania. O coordenador da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf-Brasil), Altemir Tortelli, afirmou que o programa é uma oportunidade para que os produtores tenham acesso ao mercado com efetiva geração de renda. “Estamos no meio da caminhada”, disse.

Programa de Aquisição de Alimentos - O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado em 2003 com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos. No mesmo ano, o Programa foi regulamentado.

Entre 2003 e 2005, o Programa foi operado, exclusivamente, com recursos disponibilizados no orçamento do MDS e desenvolvido a partir de parcerias entre a Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional e governos estaduais e municipais, além da Conab. A partir de 2006, o PAA passou a ter uma maior participação do MDA, com dotação orçamentária própria. Em 2007, MDS e MDA investiram cerca de R\$ 250 milhões em projetos do PAA coordenados pela Conab.

Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar receberá novos recursos do MDS – Sítio Eletrônico do MDS – 12/12/2008

Para operacionalização da Compra para Doação Simultânea – uma das modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), coordenado pelos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Agricultura (MAPA) – o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Onaur Ruano, e o presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Wagner Rossi, assinaram na terça-feira (11/12) um termo aditivo para liberação de R\$ 30 milhões.

A assinatura aconteceu durante solenidade realizada no Auditório da Conab (responsável pela execução do PAA), em Brasília, da qual participaram alguns de seus diretores, representantes do MDA, de movimentos sociais, do Conselho de Segurança Alimentar, agricultores familiares e parlamentares. Na oportunidade, foram avaliadas ações do PAA e da Política de Garantia de Preços da Agricultura Família (PGPAF) executadas até o momento atual.

Além do convênio para operacionalização da Compra para Doação Simultânea, foi assinada uma Portaria Conjunta entre o ministério do Desenvolvimento Agrário, através da Secretaria de Agricultura Familiar, e a Conab para liberação de recursos do PAA visando a formação de estoques da agricultura familiar, no valor de 30 milhões. Também foi assinada uma outra Portaria, entre a Conab e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), no valor de R\$ 1,3 milhão para apoio a estruturação de feiras livres.

Em 2007, foram investidos cerca de R\$ 85,3 milhões e distribuídas 108 mil toneladas de produtos cultivados por pequenos agricultores a famílias que vivem em situação de insegurança alimentar e aos programas emergências do governo.

Aquisição de alimentos - O PAA é destinado a promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional de escolas, hospitais públicos, asilos e dos programas sociais da localidade, tais como bancos de alimentos e restaurantes populares.

Curitiba (PR) sedia Seminário de Segurança Alimentar e Economia Solidária – Sítio Eletrônico do MDS – 12/12/2007

O secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Onaur Ruano, participa nesta quinta-feira (13/12), em Curitiba (PR), do *Primeiro Seminário Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e Economia Solidária*. Organizado pela Secretaria de Trabalho, Emprego e Promoção Social, o encontro – a partir das 8h, no Hotel Caravelle – pretende oferecer, aos beneficiários das políticas públicas de Segurança Alimentar, formação para o desenvolvimento de empreendimentos solidários.

A meta é fazer com que estas pessoas deixem a condição de beneficiários de programas de segurança alimentar e alcancem uma situação de protagonistas de sua própria subsistência. Cerca de 300 gestores de políticas públicas são esperados no encontro, que

também deve servir como ponto de partida para a organização do Sistema Regional de Segurança Alimentar e Nutricional com planejamento de ações de Economia Solidária, com enfoque no conceito de território, emancipação e segurança alimentar.

Na seqüência do *Primeiro Seminário Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e Economia Solidária* será realizada, entre os dias 14 e 16 de dezembro (sexta a domingo), a IV Feira de Economia Solidária, na Praça do Verbo Divino, em São José dos Pinhais. Cerca de 200 empreendedores de 142 municípios do Paraná apresentarão e comercializarão os produtos na feira, que também terá oficinas de formação para interessados em conhecer ou montar um empreendimento solidário.

SERVICO

Primeiro Seminário Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional da Economia Solidária – Participação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Data: 13 de dezembro de 2007 (quinta-feira)

Horário: 8h

Local: Hotel Caravelle – Rua Cruz Machado 282 – Centro - Curitiba (PR)

Portarias destinam mais R\$50 mi para PAA – Sítio Eletrônico da Contag – 13/12/2008

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) recebe, este mês, R\$ 30 milhões para operacionalizar a formação de estoques, a compra direta e o apoio à comercialização em feiras livres. Mais R\$ 20 milhões serão destinados à modalidade de doação simultânea. As três portarias que liberam o montante total de R\$ 50 milhões foram assinadas esta semana, em Brasília, durante a reunião de avaliação do programa. O encontro aconteceu na sede da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e contou com a participação de representantes do governo federal, do Congresso Nacional e de entidades sindicais.

O PAA foi criado em 2003 para incentivar a agricultura familiar, por meio da distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e da formação de estoques estratégicos. No mesmo ano, o programa foi regulamentado. Entre 2003 e 2005, o PAA foi operado, exclusivamente, com recursos disponibilizados no orçamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e desenvolvido a partir de parcerias entre a Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional e governos estaduais e municipais, além da Conab. A partir de 2006, o PAA passou a ter uma maior participação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com dotação orçamentária própria. Em 2007, MDS e MDA investiram cerca de R\$ 250 milhões em projetos do PAA coordenados pela Conab.

Preços agrícolas disparam em SP – Valor Econômico – Agronegócios - 13/12/2007

O índice de preços recebidos pelos produtores agropecuários paulistas (IqPR) pesquisado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) - vinculado à Secretaria de Agricultura do Estado - continua em alta. Encerrou a primeira quadrissemana de dezembro com variação positiva de 6,62%, determinada por valorizações vigorosas tanto no grupo de produtos de origem animal (que subiu, em média, 8,58% no período) quanto entre os vegetais (salto de 5,67%).

Entre os 20 produtos pesquisados, as maiores elevações foram percebidas pelos produtores de feijão (45,52%), batata (30,08%), laranja para mesa (21,55%), laranja para indústria (21,4%), milho (16,07%) e carne bovina (14,89%).

Agronegócio, a oportunidade – Estado de São Paulo – Notas e Informações – Editorial – 16/12/2007

A comida ficará mais cara na maior parte do mundo, em 2008, e essa tendência poderá manter-se por alguns anos, se a China, a Índia, a Rússia e outras grandes economias emergentes continuarem a crescer com rapidez. O uso de milho para a produção de álcool nos Estados Unidos também contribui para inflar os preços e o governo americano promete continuar subsidiando essa atividade. O cenário pode ser preocupante para alguns analistas, mas o Brasil pode estar diante de uma oportunidade preciosa de bons negócios. Nenhum outro país tem condições tão favoráveis para lucrar com a demanda crescente de alimentos, principalmente se as cotações continuarem pressionadas pela fabricação de etanol de milho.

O Brasil bateu mais um recorde nacional na produção de grãos e oleaginosas, na temporada 2006-2007, e repetirá a façanha na safra 2007-2008, segundo as projeções oficiais.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estima para a nova temporada uma produção de 134,8 milhões de toneladas de algodão, arroz, feijão, milho, soja, trigo e demais cereais de inverno. O IBGE calcula 137,3 milhões. A divergência deve-se a diferenças de metodologia, mas qualquer desses números corresponderá a um recorde. O resultado vai depender, naturalmente, das condições do tempo, e os técnicos da Conab já levam em conta, nas suas projeções, o efeito do fenômeno La Niña.

Muitos agricultores do Centro-Sul ainda se recuperam financeiramente de alguns anos difíceis, mas a reação do setor tem sido notável e já se refletiu, na última temporada, nas vendas de máquinas e equipamentos agrícolas. Também os fabricantes de caminhões tiveram grandes encomendas neste ano e os compradores tiveram de aceitar demoras nas entregas. Os problemas das montadoras, nesse caso, foram o prenúncio de uma nova fase de prosperidade no agronegócio.

O setor faturou nos 12 meses terminados em novembro US\$ 57,9 bilhões com a exportação, 18,3% mais que no período imediatamente anterior. O aumento da receita foi proporcionado principalmente pela boa evolução dos negócios com carnes, cereais, soja e

derivados, fumo e sucos de frutas. A alta dos preços das carnes foi um fator crucial para o bom desempenho do agronegócio no comércio mundial.

O governo federal, no entanto, parece menos atento do que deveria às grandes oportunidades abertas pela evolução do mercado internacional. O setor privado tem procurado levar em conta as novas condições da demanda. Os produtores mais modernos vêm tentando atender às crescentes cobranças de qualidade sanitária e de padrões ambientais e sociais apresentadas pelos compradores do mundo industrializado. Mas o governo tem reagido lentamente e a sua política sanitária continua sendo criticada pelas autoridades da União Européia. Se as autoridades federais não mostrarem maior empenho em relação a esse quesito, excelentes oportunidades poderão ser desperdiçadas, porque as pressões protecionistas são crescentes em alguns dos principais mercados.

No plano interno, as condições de transporte continuam também precárias, tanto nas estradas quanto nos portos, e permanece o risco de gargalos importantes na fase de escoamento da produção. O País continua, claramente, sem uma política de produção e de comercialização para o agronegócio. Os agricultores, criadores e industriais ligados ao setor podem fazer e têm feito muito para modernizar sua atividade, mas o governo não tem acompanhado esse esforço.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Itamaraty continuam absorvidos em planos mirabolantes de exportação de etanol, cuja produção mal dá para atender à demanda nacional, mas não demonstram preocupação quanto à produção e comercialização dos alimentos, cuja demanda crescente em mercados de todo o mundo temos todas as condições para atender.

Não teria sentido, naturalmente, reeditar as políticas seguidas até o final dos anos 80 ou começo dos 90. Mas também é um erro, e dos mais graves, concentrar a atenção num item - os biocombustíveis, cuja importância tem sido exagerada - e negligenciar uma política de longo prazo para uma das áreas mais pujantes da economia brasileira, o agronegócio.

Brasil pode se tornar celeiro dos chineses – Gustavo Paul e Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 16/12/2007

País negocia para ser principal fornecedor de alimentos

Gustavo Paul e Eliane Oliveira

BRASÍLIA - Na terceira semana de novembro, o embaixador brasileiro em Pequim, Luís Augusto de Castro Neves, esteve em Brasília para transmitir um recado: os chineses estão dispostos a fazer do Brasil seu principal fornecedor de comida nos próximos anos. O objetivo é firmar contratos de longo prazo que garantam o abastecimento de 1,3 bilhão de bocas nos próximos anos. Para o negócio ser viável, a China pensa em financiar obras de infra-estrutura no Brasil que facilitem o escoamento da safra de soja e de outros produtos. Em troca, teriam oferta firme de grãos.

Um dos maiores produtores agrícolas do planeta e ainda com uma grande quantidade de terras agricultáveis, o Brasil é para os chineses a possibilidade mais concreta de fornecimento contínuo de proteína animal e vegetal. Do lado brasileiro, o governo quer conquistar um mercado que cresce 10% ao ano.

A China já é o terceiro mercado agrícola brasileiro, e a soja é o principal produto. Mas o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, admite que, até agora, não se conseguiu avançar em acordos vantajosos.

As negociações devem começar no primeiro trimestre de 2008, em um seminário que reunirá empresários brasileiros do setor agrícola e de infra-estrutura.

Segundo o vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, a China perde por ano mais de 500 mil hectares de áreas agricultáveis. Ele lembrou que só Brasil e África têm áreas disponíveis para expandir a agricultura. Na África, os chineses investiram US\$ 20 bilhões, com foco em produtos agrícolas e minerais.

Mais de 2.500 participantes se formam em curso sobre alimentação adequada – Sítio Eletrônico do MDS – 17/12/2007

Participantes do *Curso de Capacitação à Distância em Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional* - desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por meio do projeto de cooperação técnica junto à FAO e em parceria com a Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH), Ágere (ONG que atua na área de consultoria em Direitos Humanos) e OPSAN (Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição)-receberão nos próximos dias os certificados do curso, que terá assinatura do ministro Patrus Ananias. A expectativa dos organizadores é de que uma nova turma seja formada em 2008.

A capacitação foi criada com o objetivo de contribuir para o enriquecimento do trabalho de lideranças sociais, agentes públicos e de pessoas engajadas na luta pela promoção de segurança alimentar e nutricional no Brasil e ainda para a fixação de instrumentos que promovam e monitorem o direito humano à alimentação, a capacitação. O curso, gratuito, contou com cerca de 2.500 participantes espalhados por 511 micro-regiões brasileiras e do Distrito Federal. Entre os participantes, representantes de instituições como Conselho Estadual de Educação, Associação Brasileira das Entidades Estaduais de

Assistência Técnica e Extensão Rural, Conselho Nacional de Saúde, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministério do Desenvolvimento Agrário, entre outros.

A Coordenadora-Geral de Educação Alimentar e Nutricional do MDS, Sabrina Ionata de Oliveira, ressaltou a importância das aulas: “É fundamental assegurar e fortalecer instâncias de exigibilidade do direito humano à alimentação adequada. Se a população em geral estiver informada sobre seus direitos e deveres, se sentirá mais legitimada para fazer exigências e mais fácil será cobrar as responsabilidades de cada um. E para que isso ocorra é essencial o comprometimento do poder público em levar isso à população, através de eventos como este curso à distância”. Ela lembrou que a proposta das aulas veio de encontro ao novo e positivo cenário do setor, a partir da sanção da Lei de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN, lei 11.346, de 15 de setembro de 2006). “A LOSAN representa um grande avanço em relação à garantia da Segurança Alimentar e Nutricional. Além de definir o conteúdo normativo do direito humano à alimentação adequada, ela estabelece estratégias e instrumentos de exigibilidade e que contemplam as obrigações de respeitar, proteger, promover e prover este direito”, afirmou a coordenadora.

Para a consultora em Exigibilidade de Direitos Humanos da Abrandh, Valéria Burity, é importante que aconteçam mudanças estruturais profundas para promoção da segurança alimentar e nutricional e superação das graves violações a este direito. “Um dos passos para essa transformação é que os agentes públicos assumam compromissos já firmados em prol dos direitos humanos. Nesse sentido, foi de grande relevância a realização do curso. O público foi muito diversificado, com participação de servidores, gestores, representantes de Ong’s, movimentos sociais e entidades de base, além da participação de alunos e professores de universidades”.

Segundo Valéria, a aceitação do conteúdo aplicado superou todas as expectativas, com aprovação de 99% dos participantes: “Os fóruns de discussão da plataforma *online* revelaram a preocupação dos participantes de colocar em prática tudo o que aprenderam. A troca de experiências entre os alunos foi realmente muito rica”.

A coordenadora do curso de capacitação e representante da Ágere, Cléia Medeiros, ressaltou que temas importantes foram introduzidos e aprofundados durante o curso. “Estes temas certamente potencializarão a atuação direta dos participantes para que possam melhor cumprir suas obrigações, no caso de gestores públicos, e para que possam cobrar direitos, no caso dos titulares e defensores de direitos, promovendo a melhoria das condições de vida da população brasileira na perspectiva dos direitos humanos, em especial à Alimentação Adequada”.

Alimentos sobem o dobro da inflação – Verena Fornetti – Folha de São Paulo – Dinheiro
– 18/12/2007

Pressionado pelo aumento no preço dos alimentos, IGP-10, da Fundação Getulio Vargas, registra a maior alta desde 2004

Produtos agrícolas no atacado avançaram 22,23% neste ano, ao passo que os preços dos artigos industriais subiram 4,09%

Pressionado pelos produtos agrícolas, que tiveram alta de 5,78% no atacado neste mês, o IGP-10 (Índice Geral de Preços) da Fundação Getulio Vargas mostrou aumento de 1,59% nos preços em dezembro. No acumulado do ano, o índice avançou 7,38%. Essa foi a maior alta desde 2004, período em que o IGP-10 subiu 12,4%.

O índice mede a variação dos preços ao consumidor, no atacado e na construção civil em sete capitais, de 11 de novembro a 10 de dezembro.

Entre os destaques na alta de alimentos, o IPA (Índice de Preços por Atacado), que também compõe o IGP-10, mostrou que os produtos agrícolas avançaram 22,23% no ano, ao passo que os preços dos produtos industriais subiram 4,09%.

Salomão Quadros, coordenador de análise econômica da FGV, diz que a inflação dos alimentos é boa do ponto de vista de geração de receita cambial, já que o Brasil é exportador de commodities, como a soja e a carne, que estão com preços elevados. O especialista lembra, entretanto, que, sob o ponto de vista da pressão sob a inflação, o fenômeno é negativo.

Para o consumidor, no IGP-10 os alimentos subiram mais que o dobro da inflação neste ano. O grupo teve alta de 9,66%, enquanto a média foi de 4,61%.

Heron do Carmo, professor da FEA (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade) da Universidade de São Paulo, analisa que, se os preços dos alimentos tivessem subido o mesmo que no ano passado, a inflação de 2007 seria igual ou menor que a de 2006.

Segundo os especialistas, o consumidor ainda terá que conviver com a alta no preço dos alimentos no ano que vem.

Quadros prevê que, em 2008, o Brasil registre recorde na produção de grãos, mas diz que a curto prazo não deve haver barateamento dos alimentos. Como explicação para a alta, Quadros aponta o crescimento da demanda mundial e a concorrência do cultivo voltado para a produção de combustíveis.

Heron do Carmo pondera que, apesar de elevados, os preços dos alimentos devem diminuir a pressão sobre a inflação. "Tudo indica que no próximo ano os preços dos

alimentos estarão elevados, mas não subindo no mesmo ritmo. E inflação é variação de preço, não é se o produto é caro ou barato."

Baixa renda - Ontem, a FAO -agência da ONU (Organização das Nações Unidas) para agricultura e alimentação- divulgou nota em que pede aos governos medidas urgentes para proteger os países pobres da "alta dramática no preço dos alimentos".

Sobre o impacto da alta nos preços dos alimentos na renda dos mais pobres, Quadros aponta que, como o peso dos gastos com comida é maior para essas pessoas, caso fosse feito um cálculo dando mais força aos gastos com alimentos, a inflação para as famílias pobres em 2007 seria maior.

Carmo, no entanto, ameniza o impacto e diz que a população pobre tem instrumentos para lidar com a subida de preços. Ele afirma que as famílias tendem a diminuir ou racionalizar o consumo dos itens com preço alto ou substituir a compra.

Preços de commodities voltam a ter recordes – Javier Blas, Chris Giles e Hal Weitzman
– Folha de São Paulo – Dinheiro - 18/12/2007

JAVIER BLAS - CHRIS GILES - HAL WEITZMAN

DO "FINANCIAL TIMES", EM CHICAGO - Os preços mundiais dos alimentos voltaram a sofrer pressão ontem, com a entrada em vigor de preços de referência muito mais elevados para os cereais, o que torna quase inevitável que uma segunda onda de inflação de preços nos alimentos atinja as principais economias do mundo.

Em Chicago, os preços do trigo e do arroz para entrega em março de 2008 saltaram para um recorde de alta; os preços da soja estão em seu ponto mais alto em 34 anos e os preços do milho se aproximam do seu pico mais elevado em 11 anos.

Os aumentos de preços devem ser transferidos aos consumidores nos próximos meses, o que elevará as pressões inflacionárias e restringirá a capacidade dos bancos centrais para diminuir a desaceleração em suas economias.

Uma primeira onda de alta nos preços dos cereais atingiu o mercado de atacado no terceiro trimestre e se espalhou pela cadeia de suprimentos, contribuindo para a alta da inflação.

A alta da inflação nos preços dos alimentos na zona do euro, que chegou a 4,3% em novembro, é um dos motivos para que o índice anualizado de inflação geral da área tenha subido de 2,6% em outubro para 3,1% no mês passado -a taxa mais alta em seis anos. Nos Estados Unidos, a taxa anualizada de inflação, de 4,8%, registrada pelos alimentos em novembro contribuiu para uma alta mais ampla na inflação, que atingiu 4,3%. No Reino Unido, a inflação nos preços dos alimentos já havia atingido índice anualizado de 5,1% em

outubro, e os analistas antecipam que os preços mais altos dos alimentos causem elevação da taxa mais ampla de inflação do país em novembro.

Na abertura do pregão, ontem, o novo preço de referência para o contato de trigo com entrega em março subiu US\$ 0,30, para US\$ 10,095 por bushel, alta de mais de 7,5% com relação ao contrato de dezembro, que está vencendo, com cotação de US\$ 9,39. Essa é a primeira vez que contratos futuros são negociados acima da marca de US\$ 10 por bushel.

Os novos preços de referência do milho também estão 5% mais altos do que no contrato anterior. O milho para março de 2008 subiu para US\$ 4,4325 por bushel, o nível mais elevado em 11 anos para um contrato de referência. Os preços de referência da soja para entrega em janeiro subiram na sexta-feira para o recorde de US\$ 1,9225 por bushel, a cotação mais alta em 34 anos.

Pico - Bill Lapp, analista da Advanced Economic Solutions, uma consultoria norte-americana, disse que "já vimos aumentos de preços mais rápidos neste ano do que em qualquer momento desde o começo da década de 80, mas o peso completo da alta só atingirá os mercados em 2008".

A alta nos preços das commodities agrícolas resulta da alta demanda, das safras inadequadas e dos baixos estoques de alimentos. As economias emergentes, nas quais a alta da renda está elevando o consumo de laticínios e carne, vêm reforçando a pressão que o setor de biocombustível já vinha gerando.

Clima - O suprimento de cereais foi inferior ao esperado em diversos países, nesta temporada, devido a perdas causadas pelo clima. Jean Bourlot, diretor de commodities agrícolas no Morgan Stanley de Londres, disse que "os preços altos dos cereais chegaram para ficar".

O Departamento da Agricultura dos Estados Unidos previu que os estoques mundiais de milho cairão ao mais baixo nível em 33 anos, o equivalente a apenas 75 semanas de consumo, e os estoques mundiais de trigo despencarão ao seu mais baixo nível em 47 anos, com o equivalente a 9,3 semanas de consumo.

Tradução de PAULO MIGLIACCI

Vendas caíram 0,2% de setembro para outubro por causa da alta dos preços

Foi a 1ª queda nesse tipo de comparação desde julho de 2006; vendas de hiper e supermercados recuam 1,6% em outubro

Sob impacto da alta dos preços dos alimentos que afetou o desempenho do setor de supermercados, as vendas do comércio varejista, em volume, caíram 0,2% de setembro para outubro na taxa livre de influências sazonais, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Foi o primeiro resultado negativo, nesse tipo de comparação, desde julho de 2006 (-0,5%).

O ramo de hiper e supermercados e demais lojas de alimentos registrou uma queda de 1,6% em suas vendas em outubro. Foi o único resultado negativo entre os setores e puxou as vendas do comércio como um todo para baixo. Isso porque o peso que possui na estrutura do varejo é de quase 60%.

Apesar da derrapada na comparação com setembro, o varejo se mantém aquecido em relação a 2006. As vendas subiram 9,6% ante outubro do ano passado -a maior marca para tal mês do ano desde o início da série do IBGE em 2001. No acumulado do ano (janeiro-outubro), o crescimento também ficou em 9,6%.

Segundo Reinaldo Pereira, economista do IBGE, a perda de fôlego de setembro para outubro foi provocada pela alta dos alimentos, que representam a maior parte das vendas dos supermercados.

Pelos dados do IPCA, os alimentos subiram mais em outubro -0,30%, ante 0,18% em setembro. Em novembro, mantiveram a tendência de aceleração -alta de 0,38%. No acumulado do ano, o grupo alimentação registrou inflação de 8,55%, variação superior aos 1,23% de todo o ano passado. O índice também ficou acima do IPCA do ano (3,69%). De acordo com Pereira, a antecipação do pagamento da primeira parcela do 13º salário dos aposentados do INSS turbinou as vendas de setembro, o que também explica o fraco desempenho do comércio em outubro na comparação com o mês anterior. "É um efeito atípico, pois a antecipação só acontece há dois anos. Ainda não é captado pelo modelo de ajuste sazonal." Mas o que mais contribuiu para a freada do varejo, diz, foi mesmo a pressão dos alimentos. Basta observar o desempenho positivo dos demais setores: combustíveis e lubrificantes (1,8%); tecidos, vestuário e calçados (2,8%) e móveis e eletrodomésticos (1,3%).

Esses setores se beneficiam do bom momento pelo qual atravessa a economia do país. "A conjuntura é muito favorável. O emprego e a massa salarial estão crescendo. O crédito está em expansão e com prazos cada vez maiores. A taxa de juros também já caiu neste ano."

Pereira citou o câmbio como outro fator de dinamismo para o varejo, ao reduzir custo de matérias-primas e importados -que concorrem com o produto nacional e forçam os preços para baixo.

Tal cenário, diz, impulsiona o varejo na comparação com 2006. Em relação a outubro do ano passado, as vendas de todos os setores subiram: combustíveis e lubrificantes (6,5%); tecidos, vestuário e calçados (14,5%); móveis e eletrodomésticos (13,5%) e hiper e supermercado e demais lojas de alimentos (5,6%) -a menor variação dentre os ramos em razão da alta dos alimentos.

Segundo Altamiro Carvalho, economista da Fecomercio SP, as vendas continuam aquecidas neste final de ano na região metropolitana de São Paulo -projeção de alta de 5,5% em novembro e 5,9% em dezembro no faturamento do comércio. Em outubro, o crescimento ficou em 6,2%.

Puxam especialmente o setor, diz, o nível de confiança e o crédito, que fazem crescer as vendas de materiais de construção, veículos e artigos de decoração. "Há uma busca por melhorar o patrimônio doméstico."

Para Carvalho, a "pressão dos alimentos" afetou, de fato, o ramo de supermercados, o que resultou numa queda acumulada de 2% no faturamento do setor no acumulado de janeiro a outubro.

Ministério busca integrar ações do SUAS com políticas de segurança alimentar – Sítio Eletrônico do MDS – 18/12/2007

Assessora especial do Fome Zero, Adriana Aranha, esclarece dúvidas dos participantes da oficina.

Integrar ações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) com iniciativas do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) é uma das metas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O assunto foi discutido em oficina durante a VI Conferência Nacional de Assistência Social, que terminou nesta segunda-feira (17/12), em Brasília.

O secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Onaur Ruano, iniciou o painel apresentando as principais ações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no enfrentamento à insegurança alimentar. Ele ressaltou iniciativas como o Programa de Agricultura Familiar e a parceria com o Ministério da Educação que garante merenda escolar a 36 milhões de estudantes em escolas públicas de todo o País.

Outro ponto abordado pelo secretário diz respeito à importância dos conselhos estaduais e nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no aprimoramento das políticas públicas e no processo de desenvolvimento social.

A assessora especial do Fome Zero, Adriana Aranha, também esteve presente no encontro e destacou que os principais desafios do Ministério em relação à segurança alimentar são: integrar os entes federados aos sistemas existentes; inserir ações de segurança alimentar nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e promover o controle social por meio da instituição de Conselhos de Segurança Alimentar (CONSEA) municipais, nos mesmos moldes dos Conselhos Municipais de Assistência Social.

Outra meta, segundo Adriana Aranha, é a instalação de uma câmara interministerial e a criação de uma gestão inovadora: “Queremos criar espaços de gestores em diferentes áreas, pensando numa política social mais integrada com as pontas, voltada para o enfrentamento da fome”, disse a assessora especial do Fome Zero.

Durante o debate, os participantes tiveram aproximadamente uma hora para fazer sugestões, expor questões específicas dos municípios e tirar dúvidas sobre segurança alimentar.

Na avaliação do secretário Onaur Ruano, o encontro foi muito positivo porque permitiu trocar experiências e estabelecer contato direto com gestores municipais: “Todos nós ganhamos num processo como esse. Aqui tivemos informações preciosas sobre o que está acontecendo lá, no pequeno município, e também tivemos a oportunidade de transmitir informações que às vezes não chegam até eles. Aqui superamos as falhas de comunicação”, destacou o secretário.

A integração de políticas sociais com ações de segurança alimentar tem promovido inclusão social e redução do grau de desigualdade de renda. Dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) revelam que nove entre dez famílias que recebem o Bolsa Família melhoraram a alimentação e passaram a fazer mais de três refeições por dia, indicando aumento da qualidade de vida dos beneficiários.

Alta de alimentos tira fôlego do varejo em outubro - Sergio Lamucci – Valor Econômico – Brasil - 18/12/2007

Depois de nove meses de altas consecutivas, as vendas no comércio varejista em outubro caíram 0,2% em relação a setembro, na série livre de influências sazonais. A pequena queda, contudo, não deve significar uma interrupção na trajetória positiva do varejo em 2007. Os analistas viram o resultado como uma acomodação, após o crescimento robusto dos meses anteriores.

Além disso, o resultado foi muito influenciado pelo recuo de 1,6% registrado pelo segmento hipermercados e supermercados, que tem peso de 30% na Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A alta do preço dos alimentos é uma das possíveis causas para a queda no setor. Outros segmentos importantes tiveram altas fortes, como o de móveis e eletrodomésticos, cujas vendas subiram 1,3% em relação a setembro.

O economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale, diz que a queda de 0,2% não sinaliza reversão da tendência de expansão do varejo em 2007. "O recuo foi muito pequeno, e é normal que isso ocorra depois de tantos meses de alta", afirma ele, destacando que, na comparação com outubro do ano passado, as vendas do comércio varejista cresceram 9,6% - o mesmo percentual acumulado no ano. O comércio varejista ampliado - que inclui os setores de veículos e motos, partes e peças e material de construção - teve alta de 16,4% sobre outubro de 2006. "O segmento de material de construção, que vinha crescendo a taxas de 9% a 10% nos meses anteriores, registrou aumento de 17,1%", nota Vale.

A economista Giovanna Rocca, do Unibanco, considera o resultado de outubro uma "volatilidade normal" da série mensal. "Não é um indicador de tendência. Há evidências de que o Natal deve ser muito positivo para o comércio", acredita ela, ressaltando que os segmentos de tecidos vestuários e calçados e bens duráveis (como automóveis e eletrodomésticos) seguem em crescimento firme. As vendas do segmento de veículos e motos, partes e peças subiram 2,8% na comparação com setembro, na série livre de influências sazonais, e 29,9% em relação a outubro do ano passado. Com um mercado de trabalho forte, e a ampla oferta de crédito, as perspectivas para o comércio continuam bastante positivas, avalia Giovanna.

Para Vale, é possível que as vendas do varejo fechem o ano com aumento na casa de 10% em relação a 2006, o que será o recorde na série da pesquisa do IBGE, que começou em 2000. O melhor resultado anterior foi em 2004, quando houve crescimento de 9,2%. "O Natal deverá ser bom para a indústria e o comércio. Tudo indica que vão entrar com os estoques bastante apertados no ano que vem."

O Indicador Serasa do Nível de Atividade do Comércio sugere que as vendas no Natal tendem a ser positivas. No período de 10 a 16 de dezembro de 2007, houve uma alta de 6% nas vendas do varejo, quando comparadas ao período equivalente de 2006 em todo o país. Considerando as vendas do comércio apenas na cidade de São Paulo, no mesmo período, houve um crescimento de 5,3%. No fim de semana, o comércio paulistano teve aumento mais expressivo, de 6,9% sobre o mesmo período do ano passado. No país todo, a alta de vendas no fim de semana foi de 5,5%.

Para o coordenador da PMC, Reinaldo da Silva Pereira, a alta dos preços dos alimentos foi fundamental para explicar a queda de 1,6% em outubro do segmento de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo. As cotações mais altas teriam inibido compras.

"O resultado negativo verificado nesse setor ocorreu por conta do aumento dos produtos alimentícios. O resultado geral mostra uma acomodação, e não significa que exista uma tendência de queda continuada", diz ele. Vale lembra que, apesar do recuo no indicador em relação setembro deste ano, houve crescimento de 5,6% quando a comparação é feita com outubro de 2006. **(Com agências noticiosas)**

Alimento ajuda a levar IGP-10 de dezembro a 1,59% - Valor Econômico – Brasil - 18/12/2007

O Índice Geral de Preços - 10 (IGP-10) registrou alta de 1,59% em dezembro, ante 0,71% registrado em novembro. Os preços dos produtos agrícolas influenciaram a alta do índice. Os dados foram divulgados ontem pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O indicador dos preços dos produtos agrícolas teve alta de 5,78% neste mês, diante de 2,46% um mês antes. Os destaques foram milho em grão (3,25% para 19,00%), bovinos (4,39% para 10,83%) e soja em grão (4,87% para 6,05%). Tiveram baixa mandioca (24,95% para 8,81%), laranja (27,57% para 11,15%) e leite in natura (-3,98% para -6,56%).

O Índice de Preços por Atacado (IPA) subiu 2,15%, ante 0,98% no mês passado. O indicador de bens finais também subiu, de 0,79% em novembro para 2,36% neste mês. O destaque foi o subgrupo alimentos processados, que passou de 0,39% para 3,39%. Excluídos os subgrupos alimentos in natura e combustíveis, a alta foi de 1,27%, contra 0,25% um mês antes.

O índice do grupo bens intermediários teve alta de 0,48%, ante 0,63% em novembro, com destaque para materiais e componentes para a manufatura (de 0,42% para 0,03%). Excluído o subgrupo combustíveis e lubrificantes para a produção, no entanto, houve alta de 0,18%, diante de 0,60% um mês antes. O índice de matérias-primas brutas subiu 4,76% em dezembro, ante 1,81% em novembro.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) subiu 0,54% neste mês, ante 0,02% em novembro. Os grupos alimentação (-0,09% para 1,42%) e transportes (-0,07% para 0,64%) tiveram alta, com destaques para os itens carnes bovinas (2,27% para 7,83%) e álcool combustível (-0,35% para 8,50%).

Também tiveram alta os índices dos grupos vestuário (0,83% para 1,02%), educação, leitura e recreação (0,09% para 0,15%) e despesas diversas (0,00% para 0,44%), com destaque para roupas (0,71% para 1,13%), passagens aéreas (0,27% para 5,02%) e cigarros (0,00% para 2,11%), respectivamente. Em baixa ficaram os grupos habitação (-0,04% para -0,07%) e saúde e cuidados pessoais (0,23% para 0,09%).

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) subiu 0,33% - em novembro, aumentou 0,52%.

Fim da era dos alimentos baratos no mercado mundial - The Economist – Valor Econômico – Agronegócio - 18/12/2007

Pelo que a maioria das pessoas consegue lembrar, os alimentos estão ficando mais baratos e o setor agrícola tem declinado. Entre 1974 e 2005, os preços dos alimentos nos mercados mundiais caíram 75% em termos reais. Os alimentos atualmente estão tão baratos que o Ocidente está combatendo a gula, mesmo enquanto descarta pilhas de restos de comida no lixo.

Isso explica por que o aumento de preços deste ano tem sido extraordinário. Desde a primavera, o trigo dobrou e quase todos os tipos de produções sob o sol - milho, leite, oleaginosas - estão no auge ou dele se aproximam em termos nominais. O índice de preços de alimentos da Economist está no mais alto nível desde sua criação, em 1845 (ver gráfico). Mesmo em termos reais, os preços deram subir 75% desde 2005.



É claro que os agricultores enfrentarão os preços mais altos com investimentos e mais produção, mas o alimento mais oneroso deverá persistir por anos. Isso porque a

"agflação" é sustentada por mudanças prolongadas nas dietas que acompanham a riqueza crescente das economias emergentes - o consumidor chinês, que comia 20 quilos de carne em 1985, comerá mais de 50 este ano. E isso eleva a demanda por grãos: são necessários 8 quilos de grãos para produzir um quilo de carne bovina.

A alta nos preços, porém, também é resultado auto-infligido dos subsídios imprudentes ao etanol promovidos pelos EUA. Neste ano, os biocombustíveis absorverão um terço da colheita recorde de milho do país. Isso afeta os mercados de alimentos: encha o tanque de combustível de um SUV (utilitário esportivo) com etanol e você terá usado milho bastante para alimentar uma pessoa em um ano. E isso afeta as pessoas indiretamente, pois agricultores migram de outras lavouras para o milho. As 30 milhões de toneladas de milho extra destinadas ao etanol este ano equivalem à metade da queda nos estoques globais de grãos.

O alimento mais dispendioso é capaz de trazer benefícios e malefícios. Afetará consumidores urbanos, sobretudo em países pobres, elevando o preço daquilo que já é o item mais caro em seus orçamentos. Beneficiará produtores rurais e comunidades agrícolas, aumentando a remuneração; e em muitas regiões rurais pobres incentivará a mais importante fonte de emprego e o crescimento econômico.

Apesar de o custo dos alimentos ser determinado por padrões básicos de oferta e demanda, o equilíbrio entre benéfico e maléfico também depende, em parte, dos governos. Se os políticos não fazem nada, ou se fazem coisas erradas, o mundo enfrenta mais miséria, especialmente entre os pobres urbanos. Mas se estes forem beneficiados por políticas corretas, podem ajudar a aumentar a riqueza dos países mais pobres, a socorrer os pobres nas regiões rurais e a resgatar o setor agrícola dos subsídios e do abandono - e a minimizar o dano causado aos moradores de favelas e aos trabalhadores sem-terra. Por enquanto, os prognósticos parecem sombrios.

Essa, pelo menos, é a lição de meio século de política alimentar. Independentemente da suposta ameaça - falta de segurança alimentar, pobreza rural, gestão ambiental -, o mundo parece ter só uma solução: intervenção governamental. A maioria dos subsídios e barreiras comerciais veio a um custo enorme. Os trilhões de dólares gastos no apoio aos agricultores nos países ricos resultaram em impostos mais altos, piores alimentos, monoculturas intensivas, superprodução e preços mundiais que destroem as vidas dos agricultores pobres nos emergentes.

E em troca do quê? Apesar da ajuda, um grande número de agricultores ocidentais foi atingido pela pobreza. Produtividade crescente significa menos agricultores, o que, por sua vez, implica a expulsão dos menos eficientes do manuseio da terra. Mesmo um subsídio forte não consegue reverter isso.

Com a "agflação", a política atingiu novo nível de ridicularização. Tomemos os subsídios de etanol supostamente ecológico dos EUA. Não se trata somente do fato de estarem apoiando uma versão relativamente suja do etanol (seria melhor importar do Brasil o combustível derivado da cana); também estão neutralizando subsídios mais antigos a grãos, que reduziram preços por meio do estímulo à produção excessiva. Intervenções se multiplicam como mentiras.

Agora, países como Rússia e Venezuela impuseram controles de preços - uma ajuda aos consumidores - para compensar a ajuda dos EUA ao etanol. Enquanto isso, os preços elevados dos grãos estão convencendo as pessoas a derrubar florestas para plantar milho.

A comida mais cara representa uma oportunidade para romper esse ciclo estonteante. Preços de mercado mais altos possibilitam reduzir subsídios. A União Européia

prometeu uma revisão completa (não uma reforma, por enquanto) do seu programa de apoio à agricultura, e o tema está em pauta nos EUA. Reformas nas décadas passadas investiram contra os programas agrícolas do mundo rico - mas timidamente. Agora, surge nova oportunidade. Cortar subsídios e barreiras comerciais do mundo rico ajudará os contribuintes e poderá ressuscitar a Rodada Doha de negociações sobre o comércio, impulsionando a economia mundial e ajudando os pobres.

Três quartos dos pobres do mundo vivem em zonas rurais. Os preços deprimidos criados pelos subsídios nas décadas passadas tiveram efeito devastador. Ocorreu uma queda prolongada no investimento na agricultura e nos itens que a sustentam, como a irrigação. A parcela de gasto público que vai para a agricultura nos países em desenvolvimento se reduziu à metade desde 1980. Países pobres que costumavam exportar alimentos agora os importam.

Reduzir subsídios no Ocidente ajudaria a reverter esta situação. O Banco Mundial avalia que, se o comércio agrícola for liberado, os preços dos itens nos quais os países pobres se especializam aumentariam, e os países em desenvolvimento captariam os ganhos por meio do aumento das exportações. Além disso, a atividade agrícola pode ser grande colaboradora nos estágios iniciais do crescimento econômico de um país. Segundo o Bird, os verdadeiramente pobres recebem três vezes mais renda extra de um aumento na produtividade agrícola em relação ao mesmo ganho na indústria ou no ramo de serviços.

Mas há um complicador - do tipo que justifica a ajuda do governo. Preços elevados têm um impacto misto sobre a pobreza: prejudicam os que perdem mais com alimento caro do que os que ganham com renda mais alta. E isso significa mais de um bilhão de consumidores (e alguns trabalhadores sem terra), muitos deles politicamente influentes nos países pobres. Os governos deveriam subsidiar as rendas dos pobres, em vez do alimento, pois isso minimiza distorções de preço. Onde os subsídios aos alimentos são inevitáveis, eles deveriam ser temporários e para os pobres. Por enquanto, a maioria das intervenções governamentais no mundo pobre fracassou nesses testes: políticos que parecem pensar que os alimentos baratos são um fator natural encorajaram controles de preços e restrições às exportações, que prejudicam os agricultores e quase sempre fracassam.

Ao longo dos anos recentes, desenvolveu-se uma sensação de que os ricos estão se apropriando da riqueza do mundo. Nos países pobres, a crescente desigualdade de renda assume a forma de um abismo entre cidade e interior: as rendas têm crescido em ritmo mais veloz para moradores urbanos que para os rurais. Se for tratado devidamente, o alimento mais caro representa uma chance única em uma geração de reduzir disparidades de renda e de desacostumar os produtores rurais ricos dos subsídios e de ajudar os pobres. A recompensa suprema, porém, não é meramente deles; é a de tornar o mundo mais rico e mais justo (Tradução de Robert Banvolgyi)

Um programa inovador para a agricultura - Silvia A. Zimmermann – Carta Maior – 19/12/2007

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar terá muitos reflexos na agricultura familiar brasileira. Esperemos que programas como esse continuem a ter impactos positivos na sociedade.

O Programa Fome Zero não se limita ao “Bolsa Família”, tem também ações direcionadas à agricultura familiar brasileira. É o caso do Programa de Aquisição de Alimentos que tem tido reflexos na matriz produtiva e de consumo alimentar em algumas regiões nacionais. Esta política é uma das ações estruturantes do Fome Zero dedicada à formação de estoques estratégicos e à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar.

O PAA, como é chamado, foi instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696 de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 5.873 de 2006. É operado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), em parceria com governos e sociedade civil. O público-alvo da política são agricultores familiares que se enquadram no PRONAF (grupos A a E), organizados em cooperativas, associações ou grupos informais de, no mínimo, cinco agricultores. A compra pelo PAA dispensa licitação desde que os preços não sejam superiores aos praticados nos mercados regionais.

Até agora o PAA beneficiou mais de 23 mil entidades com as doações, atendendo diretamente 21 milhões de pessoas em todo o Brasil. São 313 mil agricultores familiares beneficiados e as compras governamentais superam 830 mil toneladas de alimentos. Os recursos aplicados pelo governo federal ultrapassam a marca de 1 bilhão de reais.

Para execução do PAA, foi formado um grupo gestor, coordenado pelo MDS. Neste, participam o Ministério da Fazenda, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A maioria dos mecanismos de operacionalização do PAA é administrada pela CONAB, no entanto, três desses mecanismos são administrados pelo MDS. Cada modelo de compra é baseado em preço de mercado e apresenta diferentes formas de operações. Os mecanismos administrados pela CONAB são: Compra Antecipada da Agricultura Familiar; Compra Direta da Agricultura Familiar; Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar e Contrato de Garantia de Compra (está no papel e não chegou a funcionar). Os mecanismos do PAA Leite (apenas para municípios do Nordeste e Norte de MG) e do Compra Direta Local da Agricultura Familiar são operados pelo MDS e direcionam a produção às demandas por suplementação alimentar dos programas sociais municipais e estaduais.

Os recursos destinados ao PAA, entre 2003 e 2005, tiveram origem no Fundo de Combate e Erradicação à Pobreza e foram repassados à CONAB pelo MDS, por meio de convênios. Atualmente, o MDA também contribui para aquisições de alimentos. Estes recursos têm sido empenhados na formação de estoques e no aumento do limite financeiro

por família de agricultor. Os recursos provenientes do MDS têm sido utilizados em operações do PAA Leite, Compra Direta da Agricultura Familiar, Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (Doação) e Formação de Estoques pela Agricultura Familiar (Estoque). Em 2006, a CAEAF foi dividida em duas modalidades: a doação, que manteve seu formato original, e o estoque, que possibilita aos agricultores formar estoques e, no vencimento, pagar em dinheiro ou em produto.

Avaliações do PAA indicam o programa como inovador entre o segmento da agricultura familiar, uma vez que tem atuado na alteração da matriz produtiva e de consumo das famílias menos capitalizadas. O fornecimento de produtos regionais ao programa fez com que muitos agricultores (re)valorizassem e/ou produzissem alimentos locais. Com isso, aumentaram sua renda, qualificaram sua produção e também o consumo doméstico. Os benefícios no âmbito do consumo se estenderam às entidades beneficiadas pelas doações, resultando numa alimentação mais saudável às populações que sofrem de insegurança alimentar.

Os agricultores familiares beneficiários do PAA possuem receitas de comercialização dos produtos quase três vezes superiores às dos não beneficiários, e há grande satisfação com o preço pago aos produtos. O PAA trabalha numa abordagem não assistencialista e gerou efeitos positivos na segurança alimentar dos beneficiários. As compras do PAA criaram mercados até então inexistentes e alteraram a relação entre produtores e intermediários nas regiões em que os mercados já estavam estabelecidos. Nesses locais, houve a adoção de práticas mais justas na relação com os atravessadores, bem como a adaptação dos agricultores a sistemas mais complexos de comercialização. Houve, também, uma mobilização dos agentes locais, instituições governamentais e movimentos sociais no direcionamento das ações para o público-alvo do programa.

Entre os benefícios indiretos do PAA estão a recuperação dos preços pagos aos agricultores, a organização e o planejamento da oferta no segmento produtivo, incluindo a produção, classificação, acondicionamento, armazenamento e sanidade dos produtos. O aumento da diversidade e da qualidade dos alimentos tem resgatado e preservando hábitos e culturas regionais. Observou-se que, quando os agricultores estavam minimamente articulados numa associação ou cooperativa, muitos problemas foram equacionados, como por exemplo o pagamento direto às entidades, a logística de recepção e distribuição e a própria articulação com o agente financeiro. Com isso, o PAA obteve maior êxito nos lugares em que a articulação entre essas entidades estava mais consolidada.

A desarticulação da assistência técnica, a falta de apoio à produção, a integração deficiente com algumas instituições e a dificuldade de transporte da produção são alguns pontos de estrangulamento do programa e foram identificados como aspectos a serem qualificados na política. Ainda, a ausência de macroplanejamento ou de uma instância central de gestão atrapalha o acompanhamento das atividades nos estados e municípios, distanciando a CONAB e o MDS da efetiva execução do PAA. Até o momento, não existem mecanismos no PAA, geográficos ou socioeconômicos, que garantam a conexão com áreas que possam gerar maior retorno social, de forma que as indicações de excesso de oferta de alimentos definem as regiões nas quais o programa tem maior inserção.

As dificuldades com exigências burocráticas, documentação, qualidade mínima e problemas de sanidade dos produtos têm causado uma exclusão de agricultores e associações. Além disso, a divulgação do programa no âmbito nacional foi muito tímida ao longo dos anos, limitando a amplitude e sustentação de ações pelos agentes locais.

Na operacionalização do PAA, observou-se que nas modalidades de Compra Antecipada a inadimplência foi grande, bem como a ingerência dos movimentos sociais na execução e normatização das operações. Nas modalidades implementadas pela CONAB, notou-se um distanciamento entre os agricultores e a instituição implementadora. Com isso, destaca-se a importância do controle social no PAA, que até o momento foi identificado como “ritual”, limitando-se ao cumprimento de exigências burocráticas sem reflexos nas etapas de gestão e supervisão do programa. Segundo avaliações, a maioria dos agricultores não sabia da existência nem da função exercida pelas instâncias de controle social, o que expõe a falta de diálogo entre os atores da política para uma melhor qualificação do PAA.

As organizações, cooperativas e entidades da sociedade civil têm assumido importante papel na operacionalização do programa, mobilizando e orientando os beneficiários, auxiliando-os a superar obstáculos relacionados à assistência técnica, armazenagem e transporte da produção. Dessa forma, constata-se que a participação de prefeituras na implementação do programa possibilita maior êxito, mas não é fundamental. Os resultados das pesquisas apontam para a necessidade de melhor definição do papel dos diferentes agentes na operacionalização do PAA, além de maiores esclarecimentos quanto a esse papel junto aos beneficiários e potenciais beneficiários. A participação de outras instituições, como ONGs, associações e cooperativas, permitiu potencializar os resultados da política.

Tendo em vista as questões comentadas, existe uma série de aspectos a serem tratados para não comprometer a efetividade do programa. E, embora a política seja considerada eficiente e tenha grande repercussão entre os beneficiários, há uma contradição na execução do programa, que vem tendo seus recursos encolhidos. Esta redução do orçamento compromete a ação e reflete mudanças internas dos órgãos que o administram.

Houve modificações na direção da CONAB, incluindo a Presidência, o que gera uma insegurança, por parte dos agricultores e demais beneficiários, com relação à continuidade do programa, sua qualificação e ampliação. O grupo que se mantém na administração do PAA reivindicou emendas no orçamento de 2008 e há também um projeto de lei que propõe a vinculação do PAA ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), de forma que os recursos da merenda escolar sejam administrados pelo PAA. Isso certamente terá impactos sobre a agricultura familiar, tendo em vista que os recursos do FNDE destinados à merenda em 2007 foram de 1,6 bilhão de reais. Ou seja, direcionar esse recurso ao PAA em 2008 significa investir quase o dobro de recursos no programa comparativamente ao que foi investido desde que este foi criado.

Entre as novidades está a notificação da Coordenação de Comercialização do MDA sobre a liberação de suplementação orçamentária de 100 milhões de reais para o PAA nas modalidades Compra Direta e Formação de Estoques. A inovação é a desvinculação da modalidade Formação de Estoques das demais modalidades do programa (a ser publicada

em breve). Isso permitirá que os agricultores possam acessar a modalidade Formação de Estoques simultaneamente às demais, chegando a uma renda de 7 mil reais/ano por família.

Enfim, vale torcer para que esta política seja alvo de manutenção, qualificação e expansão para, assim, continuar rendendo impactos positivos na agricultura familiar brasileira.

*Algumas análises deste texto foram recolhidas do “Estudo comparado sobre a efetividade das diferentes modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA NE” produzido por SPAROVEK, G. et al (USP) e “Estudo do impacto do PAA sobre os arranjos econômicos locais nas regiões Nordeste e Sul do Brasil” produzido por BOTELHO FILHO et al (UNB).

*Silvia A. Zimmermann é engenheira agrônoma, doutoranda CPDA/UFRRJ e assistente de pesquisa do OPPA.

Alimentos têm maior alta desde janeiro de 2003 - Francisco Carlos de Assis e Flávio Leonel – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/12/2007

Variação de preços atinge 2,37% e é maior responsável pela elevação do IPC-Fipe no período, que é de 0,84%

Os preços dos alimentos na capital paulista tiveram, na segunda prévia de dezembro - últimos 30 dias encerrados no dia 15 -, a maior alta desde a terceira parcial do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Fipe, em janeiro de 2003. Não é de agora que os alimentos têm sido o vilão do custo de vida, mas as taxas recentes têm se mostrado cada vez mais surpreendentes.

Na segunda coleta de preços deste mês, feita pela Fipe, o grupo alimentação apresentou variação média de 2,37%, abaixo apenas dos 2,65% da terceira prévia de janeiro de 2003.

Por causa, sobretudo, do comportamento dos alimentos, o índice pleno da segunda prévia (quadrisessemana) do IPC fechou com alta de 0,84%, superando a mediana, de 0,82%, das expectativas do mercado, que iam de 0,74% a 0,93%. É a maior alta desde a terceira quadrisessemana de janeiro, que foi de 0,85%.

O que ameniza a situação é que, embora os preços estejam subindo num ritmo acima do previsto, as maiores pressões estão concentradas em produtos com ciclo de produção curto, movidos por questões sazonais.

O maior vilão na segunda quadrissemana de dezembro foi, de novo, o feijão, com aumento de 30,45%, elevando a alta no ano para perto de 150%. A razão é que a seca em algumas das principais regiões produtoras obrigou o agricultor a adiar o plantio. Espera-se que agora as chuvas que chegaram não se intensifiquem a ponto de prejudicar o que já foi plantado.

Outro produto importantíssimo na dieta do brasileiro, que tem contribuído em muito para o aumento da média dos preços, são as carnes. A bovina subiu 9,16% só na segunda prévia deste mês e a suína, 5,52%.

Também por motivos climáticos, os preços das verduras foram reajustados em 15,89% nos últimos 30 dias, segundo a Fipe. Dentro do segmento da indústria de alimentos, o óleo de soja, com 6,32%, foi o campeão das altas.

Os demais grupos têm apresentado variações mais condizentes com a sazonalidade. É o caso, por exemplo, do vestuário, que tem sido pressionado pelas compras de fim de ano e pela troca de estação. O aumento do vestuário foi de 0,45% na pesquisa anterior para 0,51% na terceira quadrissemana. O mesmo ocorre com as despesas pessoais, que, por causa das férias, estão subindo mais: de 0,08% para 0,53%.

Com isso, o coordenador do IPC, Márcio Nakane, elevou de 4,37% para 4,39% a previsão para a inflação na capital paulista para o fim de 2007. De acordo com ele, a alteração leva em conta uma pequena revisão na estimativa para o indicador do encerramento de dezembro, de 0,81% para 0,83%.

“Tudo o que havia sido identificado na pesquisa anterior está apenas se confirmando”, disse Nakane. “A alimentação está dominando completamente a cena e essa é a tendência do momento.”

A boa notícia é que, no grupo alimentação, a carne bovina e os produtos in natura já estão em desaceleração, o que pode evitar que a inflação suba ainda mais.

Pressionado por alta dos alimentos, IPCA-15 sobe 4,36% em 2007 – Verena Fornetti – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/12/2007

Do mesmo modo que outros índices de inflação divulgados em dezembro, o IPCA-15 (Índice de Preços ao Consumidor Amplo-15) do IBGE teve alta causada sobretudo pela pressão do preço dos alimentos.

O índice fechou 2007 com alta de 4,36%, superior ao registrado em 2006 (2,96%). No acumulado do ano, o grupo Alimentação e Bebidas avançou 10,09%. Os itens Despesas Pessoais e Saúde e Cuidados Pessoais também subiram mais que a inflação do IPCA-15 no acumulado do ano: 6,19% e 4,49%, respectivamente.

O feijão foi o item que subiu mais de acordo com o índice, com alta de 103,96%. Os outros destaques foram batata inglesa (70,43 %), leite e derivados (20,52 %), carnes (18,09 %) e frango (14,71%).

O IPCA-15 usa a mesma metodologia do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) e é considerado uma prévia para o índice fechado, que é usado pelo governo para estabelecer a meta de inflação do país. Neste ano, a meta é 4,5%.

O economista Juarez Rizzieri, pesquisador da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), afirma que seguramente a meta de inflação será alcançada com menos folga que no ano passado. Em 2006, o IPCA ficou em 3,14%, mais de um ponto abaixo da inflação projetada pelo governo, de 4,5%.

Rizzieri prevê que o preço dos alimentos não repita o mesmo desempenho deste ano. "Em 2008, a previsão é que a produção agrícola aumente 5,5%, o que significa que deve atender a demanda sem pressionar a inflação."

Heron do Carmo, professor da FEA (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade), entretanto, diz acreditar que o preço dos alimentos suba de novo em 2008, mas com intensidade bem menor. Por causa da desaceleração nos preços dos produtos agrícolas, ele prevê que a inflação do ano que vem recue ante 2007.

O professor da FEA afirma que a inflação deve ficar abaixo do que foi projetado pelo governo. "Se considerarmos que tivemos um choque no preço dos alimentos, do petróleo e de outras commodities e, mesmo assim, tudo indica que a inflação ficará dentro da meta, eu diria que temos um cenário tranquilo, ao contrário do que algumas pessoas interpretam", disse o pesquisador.

Heron do Carmo projeta ainda que preços de serviços de médicos e pessoais devem subir no ano que vem. De acordo com a análise do pesquisador, o aumento nos preços pode acontecer porque o mercado de trabalho deve melhorar, com mais emprego, mais renda e melhores salários.

Uma nova FAO para uma nova agricultura - José Graziano da Silva – Valor Econômico – Opinião - 21/12/2007

Uma vida digna começa com uma alimentação adequada. Isso significa comida de qualidade, nutritiva, em quantidade suficiente e respeitando as especificidades locais e as diferentes culturas. Hoje, mais de 850 milhões de pessoas ainda não podem exercer esse direito humano. Mudar essa realidade é o objetivo principal da FAO e um desafio para todos os países, especialmente se considerarmos que em 2050 a população mundial deve ser superior a nove bilhões de pessoas - hoje somos cerca de seis bilhões.

Acabar com a fome é uma meta possível, mas não é fácil. Além de vontade política, são necessárias estratégias bem desenhadas e implantadas nos planos nacional e internacional, transversais e articuladas. Elas podem incluir ajudas emergenciais, investimentos em saúde, educação, desenvolvimento rural e tecnologia de produção

agrícola e devem considerar também outras variáveis, como a mudança climática e o uso sustentável dos recursos naturais. Atualmente, nada pode ser feito sem considerar essas duas questões.

Por isso, o mundo precisa de uma nova revolução verde. Duplamente verde e com inclusão social, como diz o professor Ignacy Sachs. Para alimentar a crescente população mundial, é necessário dar um salto de produtividade que permita dobrar a produção de alimentos nas próximas décadas. E isso tem que ser feito de maneira sustentável, considerando que os recursos naturais são finitos, e com atenção para não ter um impacto negativo no clima.

A FAO, organização do sistema das Nações Unidas que trata da agricultura e alimentação, trabalha nessa direção. Sua experiência, acumulada ao longo de 60 anos de história, a credencia para cumprir um papel de relevância nessas áreas. Ela apóia países na realização de projetos - com financiamento e conhecimento, harmoniza políticas relacionadas à agricultura no nível internacional e oferece um foro neutro de debate.

Mas, da mesma maneira que os desafios mudaram nas últimas décadas, a FAO também precisa mudar para poder enfrentá-los. Como disse o diretor-geral Jacques Diouf na 34ª Conferência da organização, realizada em Roma agora em novembro: a nova agricultura precisa de uma nova FAO.

A FAO está ciente disso e comprometida em se transformar. Ela foi a primeira agência das Nações Unidas a submeter-se a uma avaliação externa. O resultado - disponível no site da FAO (www.fao.org) - reafirma a importância da organização: se ela não existisse, precisaria ser inventada. Mas também aponta para a necessidade de uma reengenharia administrativa, para torná-la mais eficiente, e de uma mudança no foco da produção (oferta) para o acesso e as condições de consumo. Isso implica relacionar mais a agricultura com a geração de emprego e renda.

Da mesma maneira que os desafios mudaram nas últimas décadas, a FAO também precisa mudar para poder enfrentá-los

O compromisso da FAO com sua transformação foi reconhecido pelos países membros, que aprovaram para o biênio de 2008-2009 um orçamento de US\$ 867 milhões, 13,3% maior que o anterior, interrompendo a política de crescimento zero dos anos anteriores.

A necessidade de modernizar-se para cumprir melhor sua missão e o reconhecimento de que uma abordagem multidisciplinar é cada vez mais indispensável para enfrentar os desafios atuais que irão nortear o trabalho da FAO nos próximos anos. Isso já se evidencia em algumas ações planejadas para 2008. No âmbito interno, e em discussão permanente com os países membros, a FAO definirá um plano de ação para implantar mudanças necessárias para melhorar o serviço que presta aos países. No âmbito externo, a organização promoverá, em junho de 2008, uma conferência de alto nível que abordará de forma conjunta a segurança alimentar, os desafios da mudança climática e a bioenergia.

As prioridades mundiais da FAO refletem-se na América Latina e Caribe. A nossa é uma região de abundância e que se converteu no celeiro do mundo. Apesar disso, mais de 50 milhões de pessoas ainda passam fome nela. A solução desse problema obrigatoriamente tem que considerar a inclusão dos pequenos agricultores no desenvolvimento rural, as oportunidades, riscos e desafios relacionados aos biocombustíveis e como enfrentamos os impactos das mudanças climáticas. Também o controle das enfermidades transfronteiriças,

como a prevenção da gripe aviária - que felizmente ainda não atingiu nosso continente - e a erradicação de algumas delas, como a febre aftosa, por exemplo, é fundamental para apoiar o esforço exportador de nossos produtos agropecuários.

E não podemos nos esquecer que, apesar do potencial agrícola da região, a América Latina tem uma parcela importante do seu espaço rural dedicada a atividades não agrícolas - como o turismo rural, as agroindústrias e a prestação de serviços - que geram melhores empregos e maiores rendas. A importância desse setor é crescente. No início da década de 70, o emprego não agrícola representava 17% do total de postos de trabalho rural. Hoje, ele responde por mais de 55% do total (mais de 65% preenchidos por mulheres) e 70% da renda.

Entre os dias 14 e 18 de abril de 2008, em Brasília, a atuação da FAO na América Latina e Caribe e as prioridades para o próximo biênio serão debatidas e decididas na sua 30ª Conferência Regional por 33 países do Caribe, da América do Norte (México), América Central e da América do Sul. Na pauta do encontro estão temas como a ação público-privada em desenvolvimento rural, doenças transfronteiriças e as oportunidades e desafios representados pelos biocombustíveis para a segurança alimentar e nutricional e o meio ambiente na América Latina e Caribe. Como já ocorreu em encontros anteriores, espera-se também uma ampla participação de organizações de sociedade civil, ONG's e representantes do setor privado, da agroindústria e dos pequenos e grandes produtores.

Essa também será a oportunidade de darmos um passo adiante no esforço de erradicar a fome na América Latina e o Caribe. A nossa região tem todas as condições de ser o primeiro continente em desenvolvimento a fazê-lo, e de conseguir isso sem abrir mão de suas exportações ou da produção de bioenergia. Ao contrário: ambas são meios importantes para atingir esse objetivo, ousado, mas não impossível.

José Graziano da Silva é representante Regional da FAO para América Latina e Caribe.

Comida cara acaba com folga no orçamento - Márcia De Chiara – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/12/2007

Alimentos vão continuar em alta ao menos até março, avisam analistas

Os alimentos, que responderam por quase a metade da inflação deste ano, não vão dar trégua em 2008. Pelo menos até março, quando começa a entrar no mercado a nova safra de grãos, a comida deve continuar como a vilã do custo de vida do brasileiro.

“Os alimentos não vão subir 9% como neste ano, mas vão comer uma parte do orçamento do consumidor de baixa renda, que gasta uma boa parcela do que ganha com a comida”, afirma o sócio da RC Consultores, Fabio Silveira, que projeta inflação de 4,3% a 4,4% para 2008.

De janeiro a novembro, a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o indicador oficial de inflação, acumulou alta de 3,6% e os preços dos alimentos subiram 8,5% no mesmo período. De uma inflação projetada pela consultoria de

4,4% para este ano, muito próxima do centro da meta de inflação, que é 4,5%, os alimentos vão responder por cerca de 2 pontos percentuais.

O movimento dos preços dos alimentos no atacado é uma indicação do que deve ocorrer no varejo nos próximos meses, observa o economista. De junho a dezembro, os preços das commodities agropecuárias subiram cerca de 35% em reais, segundo o índice de preços por atacado calculado pela consultoria.

O feijão, sem dúvida, foi o grande vilão da inflação no atacado, com alta de 203% no período. Mas ele não está sozinho no rol dos produtos que devem continuar pressionando a inflação no início do ano que vem.

O milho e a carne suína subiram 79% e 78%, respectivamente, neste semestre, seguidos pela soja (41%), carne bovina (32%), frango (28%), leite (22%), arroz (13%), café(10%) e trigo(10%). A alta de preços só não foi maior porque as cotações do açúcar e do algodão recuaram 6% no período.

“A entrada da safra de grãos do próximo ano não vai exercer uma pressão baixista nos preços como de costume, a sazonalidade será mais fraca no ano que vem”, observa Silveira.

Ele explica que a estiagem ocorrida na época de plantio deve ter comprometido a produtividade da nova safra, que não será tão grande para reduzir a pressão dos preços.

Outro fator que deverá pressionar as cotações dos produtos agropecuários no ano que vem é o dólar, lembra Silveira. Como esses produtos são commodities - cotadas em moeda americana - e a perspectiva é de que o dólar se valorize em 2008 em razão da piora do saldo de transações correntes, os preços dos alimentos em reais devem aumentar.

Comida mais cara – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 25/12/2007

A produção mundial de cereais em 2007 deve alcançar 2,1 bilhões de toneladas, ou 4,6% mais do que a produção de 2006, de acordo com a última estimativa da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). É uma produção recorde, mas, mesmo assim, os preços internacionais de alguns dos principais produtos já atingiram o nível mais alto da história e tendem a subir mais. Os produtos agrícolas em geral estão ficando mais caros. Desde o início do ano, o preço do trigo duplicou e as cotações do milho, do leite e de oleaginosas já alcançaram ou estão prestes a alcançar seu valor mais alto de todos os tempos.

Por muitos anos, os preços dos alimentos estiveram em queda - segundo a revista *The Economist*, entre 1975 e 2004, eles diminuíram 75% em termos reais -, mas a tendência se inverteu. De 2005 até agora, diz a revista, a cotação de um grupo de alimentos de maior consumo no mundo aumentou 75% em termos reais. Acabou a era do alimento barato?

O mercado mundial de grãos passa por mudanças que devem ser duradouras. A produção cada vez mais intensa de biocombustíveis e a mudança do padrão alimentar em países cuja renda cresce rapidamente são as principais causas dessas mudanças, cujos efeitos se espalham por todos os países, produtores ou consumidores.

O estímulo concedido pelo governo dos Estados Unidos para o plantio do milho destinado à fabricação do etanol impulsionou o preço desse produto no mercado mundial. Os agricultores americanos responderam a esses dois estímulos - apoio do governo e preços em alta - aumentando a área plantada com milho, que neste ano será a maior desde a 2ª Guerra Mundial. A produção será recorde, mas, assim mesmo, os preços do milho continuam a subir.

A utilização de mais terras para o cultivo do milho reduz o plantio de outros produtos, cujos preços também sobem. A produção animal, que utiliza intensamente rações derivadas desses produtos, igualmente incorre em custos maiores. O resultado é o encarecimento das carnes em geral. A esse fenômeno soma-se outro: o aumento do consumo de carne na China e em outros países de rápido crescimento. Em 1985, diz a revista *The Economist*, cada chinês consumia em média 20 quilos de carne por ano; agora, consome 50. São mais chineses comendo mais carne. E maior consumo de carne quer dizer também maior consumo de grãos, pois, como lembra a revista, a produção de 1 quilo de carne bovina exige 8 quilos de grãos.

O diretor-geral da FAO, Jacques Diouf, advertiu recentemente para o sério risco de cada vez menos pessoas terem acesso à comida, especialmente nos países pobres. Esse risco se acentuou recentemente. Em 2006, o índice de preços de alimentos da FAO registrou alta de 9%, considerada inaceitável. Em 2007, o aumento foi de 40%.

À alta dos preços se soma o problema dos estoques baixos. O estoque mundial de trigo, segundo a FAO, diminuiu 11% em 2007, atingindo seu nível mais baixo desde 1980. O estoque corresponde a 12 semanas do consumo mundial, bem menos do que a média de 18 semanas observada de 2000 a 2005. O estoque de milho, por sua vez, que era suficiente para o consumo mundial de 11 semanas na primeira metade da década, hoje é suficiente para 8 semanas.

Para complicar, o aumento do preço do petróleo encareceu os custos de transportes dos produtos agrícolas. E a maioria dos países de baixa renda importa boa parte dos alimentos que consome. Diouf sugere que os governos e as organizações internacionais reexaminem as políticas agrícolas adotadas “num ambiente econômico diferente” do atual, para evitar o agravamento do problema mundial.

Por que não, por exemplo, cortar subsídios visto que os preços altos estimulam a produção, como sugere *The Economist*? Por que, em vez de subsidiar a produção do etanol a partir do milho, os EUA não importam mais etanol do Brasil, produzido com mais eficiência que o americano e, por isso, a custo mais baixo e sem a utilização do dinheiro do contribuinte?

E por que não tornar mais livre o comércio de produtos agrícolas, que ajudaria a aumentar a renda dos países mais pobres e a reduzir as pressões sobre os preços dos alimentos em geral?

Funasa vai mapear alimentação indígena – Estado de São Paulo – Nacional – 25/12/2007

A Fundação Nacional de Saúde (Funasa) fará pesquisa inédita para conhecer a alimentação indígena. O estudo irá focar a situação das mulheres em idade fértil e de crianças com menos de cinco anos. Segundo a fundação, uma das metas é saber diferenças entre os povos para elaborar soluções específicas para cada região. O mapeamento, com custo de R\$ 3,5 milhões, será feito em parceria com a Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e financiado pelo Banco Mundial. O trabalho começa em janeiro.

Programa de Alimentação do Trabalhador fará cadastramento de fornecedores, prestadores de serviços e beneficiários – Sítio Eletrônico do MDS – 26/12/2008

A coordenação do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), do Ministério do Trabalho e Emprego realizará, a partir de 2 de janeiro de 2008, o cadastramento de todas as empresas fornecedoras, prestadoras de serviços de alimentação coletiva e beneficiárias do Programa. O novo sistema de cadastramento foi desenvolvido para possibilitar a construção de um banco de dados e de novos mecanismos que possibilitem o planejamento, acompanhamento, avaliação e monitoramento do PAT.

As pessoas jurídicas fornecedoras de serviços de alimentação coletiva do PAT deverão cadastrar-se entre os dias 2 de janeiro e 31 de março através de formulário disponível no endereço www.mte.gov.br/pat. Já as pessoas jurídicas prestadoras de serviços deverão preencher o formulário no mesmo endereço, imprimi-lo e encaminhá-lo, juntamente com a documentação nela especificada, à Coordenação do Programa de Alimentação do Trabalhador (Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo B, 1º andar, Sala 120), entre os dias 2 de janeiro e 31 de março. O prazo para as pessoas jurídicas beneficiárias será diferenciado – entre os dias 1º de abril e 31 de julho – e deverá também ser realizado por meio eletrônico, no mesmo endereço. O não-cadastramento no prazo estipulado implicará o cadastramento automático do registro ou inscrição.

Instituído pela Lei 6.321 de 1976 e regulamentado pelo Decreto nº 5, de 14 de janeiro de 1991, o Programa de Alimentação do Trabalhador garante alimentação adequada a trabalhadores de baixa renda, atendendo a cerca de 10 milhões de pessoas em todo o País. Ele conta com uma Comissão Tripartite – governo, trabalhadores e empresas – para acompanhamento e aprimoramento do Programa. Desta comissão participa também o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por meio da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, considerando-se a relevância do programa para o combate à fome e à insegurança alimentar.

Prato caro – O Globo – Economia – Panorama Econômico – 27/12/2007

Os preços dos alimentos foram às alturas em 2007; aqui e lá fora. Resultado de vários fatores: mais gente consumindo no mundo, Estados Unidos usando suas terras para plantar combustível, quebras de safra.

Para o Brasil, a alta é boa por um lado, porque somos grandes exportadores de alimentos. Por outro lado, esses aumentos acabam pressionando os preços também internamente.

Para o próximo ano, caso o ritmo de crescimento mundial diminua mesmo, a expectativa é de preços de commodities um pouco mais controlados.

provável que os preços dos alimentos voltem a patamares mais baixos dos anos 90. O mundo hoje é bem diferente.

Só para citar o exemplo mais eloqüente, uma massa de chineses e indianos está passando a consumir itens que não faziam parte de sua dieta alimentar.

A América Latina — sobretudo por causa do Brasil — é um grande fornecedor de alimentos do mundo.

Portanto, a Cepal está atenta a este movimento. Eles acreditam que os preços das commodities agrícolas devem permanecer altos mesmo que o ritmo de crescimento internacional seja menor em 2008, por causa da demanda crescente.

Fabio Silveira, da RC Consultores, acha que vai depender muito de como os Estados Unidos estarão. Se a crise externa não se aprofundar, o preço internacional dos alimentos deve crescer menos que este ano, em torno dos 10%. O que ele não prevê são grandes quedas — principalmente para milho, soja e trigo —, pois o quadro é de mais escassez. Um cenário possível é de as commodities agrícolas começarem o ano subindo e depois caírem.

No final de 2008, algumas poderão estar com preço menor que em 2007.

Grande parte das exportações brasileiras é de commodities agrícolas. A alta nos preços ajudou a balança comercial nos últimos anos.

— As exportações devem perder um pouco de preço. O dólar mais baixo vinha sendo compensado pelo preço, e isso não deve mais acontecer — afirma Fabio Silveira.

Por outro lado, caso os preços internacionais dos alimentos não subam tanto em 2008, isso também terá um efeito bom para o Brasil.

Este ano, o item alimentação foi o que mais pressionou a inflação. Não apenas por causa dessas altas internacionais, mas por problemas climáticos locais.

No IPCA-15, por exemplo, fechou com alta de 10%.

À venda - Ontem foi dia de o comércio badalar as vendas do Natal.

Com dólar, renda e crédito ajudando, já se contava com o bom resultado. A Associação Brasileira de Lojistas de Shopping anunciou crescimento superior a 10%.

Um dos casos interessantes deste ano do varejo foi o da BRMalls. A empresa, que tem a GP Investimentos (AmBev, ALL e outras cositas) como um dos seus principais sócios, começou 2007 com participação em sete shoppings e acaba com 30, em todas as regiões do país.

O grupo faz apostas altas acreditando que aqui faltam mais shoppings que consumidores dispostos a comprar neles, inclusive, pela questão da segurança.

No Brasil, 20% das compras são feitas nos shoppings; nos Estados Unidos, são 70% e, na França, 40%. Mesmo que muitos agora estejam mirando na classe C, a BRMalls ainda vê espaço para crescer na A e na B.

Em construção - O Sindicato da Indústria do Cimento (Snic) calcula, com base em dados preliminares, que o consumo de cimento no país cresceu mais de 9% em 2007, batendo recorde de vendas.

O enorme — e inesperado — aumento na demanda, porém, fez com que, ao longo do ano, o produto ficasse escasso, e os preços dessem um salto.

Segundo os dados do Sinduscon, a alta chegou a 20% em São Paulo; a mais de 60% em Minas; e a 27% no Rio. Isso não deve se repetir em 2008.

Em 2007, o que mais puxou a demanda foi a construção habitacional formal.

No ano que vem, o sindicato torce para que, finalmente, comecem a sair mais obras de infra-estrutura, as listadas no PAC. Com essas obras, as empresas de construção capitalizadas e o crédito ainda forte no país, o crescimento do cimento pode chegar a 11% em 2008.

Para terminar: alvissareiras, ou nem tanto

Hoje o presidente Lula estará em cadeia nacional comemorando o que deu certo neste ano, não comentando o que deu errado e torcendo para que, em 2008, o rumo continue este mesmo em muitos aspectos.

Para comemorar: crescimento da produção industrial, das vendas no varejo, do crédito, do PIB, da renda; queda da desigualdade, do desemprego; entrada no grupo de países de alto desenvolvimento humano do IDH.

Melhor nem falar: a CPMF e os R\$ 40 bilhões; a alta de mais de 10% no preço dos alimentos; o gás escasso; o PAC que ainda não deslanchou; o péssimo desempenho dos alunos nos exames nacionais e internacionais de educação.

Pequenos agricultores tiveram mais recursos em 2007 – Sítio eletrônico d CNA – 30/01/2008

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) executou investimentos recordes no Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) em 2007. No total foram aplicados R\$ 241,8 milhões, 20,26% a mais que em 2006. O número de pequenos produtores atendidos em todas as regiões também cresceu de 86,5 mil para 97,4 mil.

Segundo o presidente da estatal, Wagner Rossi, esta expansão mostra o compromisso do Governo Federal com esse grupo de agricultores, que ocupa uma parcela cada vez maior no mercado. “Enquanto a agricultura empresarial amplia a produção de commodities e energia, os pequenos agricultores têm garantido a produção de grande parte do alimento que vai à mesa dos brasileiros”, afirmou. Com os recursos a companhia adquiriu no ano passado 229,6 milhões de quilos de alimentos, como feijão, arroz, farinha de mandioca, fécula de milho, açúcar, frutas e legumes, aumento de 8,23% em relação a 2006. Os produtos foram destinados à formação de estoques, atendimentos emergenciais, formação de cestas e doados a entidades que trabalham com populações que vivem em situação de insegurança alimentar. No último ano, o PAA atuou em cerca de 2.100 municípios, um crescimento 16,6% em relação a 2006. A previsão da estatal é de que para este ano os investimentos ultrapassem R\$ 400 milhões. A verba é destinada ao programa pelos ministérios do Desenvolvimento Social (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Produtores de Irecê comemoram a vida nova depois do PAA – Sítio Eletrônico do MDS – 31/12/2007

Graças ao PAA, os produtores têm a garantia de vender o que plantam e receber pelo que produzem

“Antes a gente vegetava, ficava só na vontade. Agora a gente vive, sobra um dinheirinho pra fazer um agrado. Dá até para comprar um batom para ficar mais bonita”. A declaração é de Jandira Cavalcante Figueiredo, 44 anos, uma agricultora familiar do município baiano de Irecê (localizado a 478 km de Salvador) que é uma das beneficiárias do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), modalidade Compra Direta, apoiado financeiramente pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por meio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar. Graças ao PAA, os produtores têm a garantia de vender o que plantam e receber pelo que produzem, sem atrasos e sem intermediários.

Desde a implantação do Compra Direta em Irecê, Jandira, a apicultora, se viu livre dos atravessadores. “Éramos reféns dessas pessoas, que se aproveitavam da situação e compravam nossos produtos a preço de banana”, conta ela. “A venda é garantida e o valor pago pelo Governo é justo. Isso é muito bom, porque sobra um dinheirinho no final do mês”. Uma das responsáveis pela qualidade do mel produzido na Fazenda Mocozeiro 2, ela lembra ainda que o PAA não beneficiou apenas os pequenos produtores, mas a população com um todo. “A gente percebe que as crianças estão mais bem alimentadas”, explica.

Outro beneficiário do Compra Direta é João Fernandes Júnior, 34 anos. Depois que o projeto foi implantado em Irecê, ele respira aliviado. “Agora minha plantação de tomate, cenoura e aipim tem destino certo. É péssimo plantar desconfiando, produzir sem saber para quem vender. Melhorou 100%”, comemora, ressaltando que, no início, muitos produtores ficaram reticentes quanto à eficácia do programa. “Hoje todos querem participar”.

Os produtos adquiridos pelo governo - parceria do MDS com as prefeituras municipais - diretamente das mãos dos agricultores familiares têm destino nobre. Creches, hospitais, Restaurantes Populares e entidades, como a Confederação de Irmãs Benéficas, que assiste 160 famílias pobres de Irecê, estão entre os beneficiados. Para a presidente da instituição, Gicélia Oliveira Ramos, a importância do programa é grande. “A situação aqui estava dramática. Chegamos a ter pessoas com doenças de pele, causadas pela falta de alimentação. Gestantes chegavam aqui desnutridas, com risco de perderem seus bebês. Era muito triste”. Segundo ela, a implantação do Compra Direta melhorou muito a vida de todos: “É uma recompensa ver que as crianças estão nascendo nutridas, saudáveis”.

Dados do MDS, referentes ao ano de 2006, revelam que 99 municípios brasileiros foram contemplados com o PAA – parceria MDS e prefeituras municipais, sendo que oito municípios no Estado da Bahia. Em Irecê foram investidos recursos federais da ordem de R\$ 324 mil, tendo como contrapartida R\$ 17 mil do município, contemplando 130 agricultores familiares.

Entre os anos de 2003 e 2006, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome investiu mais de R\$ 1 bilhão em todas as modalidades do PAA – incluindo o PAA Leite. Atualmente, o modelo do programa tem sido citado por entidades internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), e apresentado a delegações de países que também estão envolvidos no combate à fome,

beneficiando simultaneamente a produção familiar, hoje respeitada pela qualidade e a garantia de alimentos saudáveis e nutritivos.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

oppa Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

